

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2019.

OFÍCIO AGÊNCIA PEIXE VIVO Nº 024/2018

Referência: Cumprimento das metas do CG nº 083/ANA/2017

Assunto.: Entrega do Relatório de Gestão


Prezado Senhor,

Encaminhamos, de forma digital, o Relatório de Gestão sobre a execução do Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017, contendo comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados no exercício de 2018, bem como suas peças complementares, abaixo discriminados:

- Relatório de Gestão do exercício de 2018;
- Relatório sobre o PAP 2018/2020 (Apêndice I)
- Relatório Anual de Acompanhamento das Ações (Apêndice II);
- Relatório Estratégia de Integração da Bacia do Rio Verde Grande (Apêndice III)

Na oportunidade, informamos o caminho no site da Agência Peixe Vivo onde os documentos supracitados poderão ser acessados na íntegra <http://agenciapeixevivo.org.br/relatorios-de-gestao-2018-cg-014-ana-2010/>

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais, pelo que antecipamos nossos cordiais agradecimentos.



Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral

Ilmo Senhor

Volney Zanardi Junior

Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG
Agência Nacional de Águas - ANA
Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco B
Brasília - DF . CEP: 70.610-200

ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO BACIA DO RIO VERDE GRANDE

APÊNDICE III CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017



2018



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
INTRODUÇÃO.....	2
A PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO.....	2

APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem por objetivo demonstrar as diretrizes e critérios utilizados pela Agência Peixe Vivo para elaborar o Relatório com a proposição das estratégias para integração da bacia hidrográfica do rio Verde Grande visando à implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos.

A Agência Peixe Vivo atua no sentido de aprimorar os mecanismos de aplicação financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Verde Grande e destinando-os de acordo com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

Atualmente a Agência Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Bacia para dois comitês estaduais mineiros e dois federais, sendo:

- CBH Velhas: Deliberação CERH-MG nº 56, de 18 de julho de 2007 e prorrogado em 08 de dezembro de 2017.
- CBH Pará: Deliberação CERH-MG nº 343, de 19 de dezembro de 2013.
- CBHSF: Resolução CNRH nº 114, de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2010. Prorrogada pela Resolução CNRH nº 170 de 23 de setembro de 2015. Indicação da Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Águas do CBHSF foi renovada através da DN CBHSF nº 84, de 21 de maio de 2015.
- CBH Verde Grande: Resolução CNRH nº 187, de 7 de dezembro de 2016.

INTRODUÇÃO

O Rio Verde Grande é um importante afluente da margem direita do Rio São Francisco e em parte de seu percurso desenha os limites entre o Estado de Minas Gerais e da Bahia. Consequentemente, o Verde Grande, é considerado um rio cujas águas são de domínio federal.

Através do Decreto Presidencial s/n de 3 de dezembro de 2003, foi instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBH VG), sendo composto por representantes (i) da União; (ii) dos Estados de Minas Gerais e da Bahia; (iii) dos municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação; (iv) dos usuários de

águas de sua área de atuação; e (v) das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia (Brasil, 2003).

A fundação e atuação do CBH Verde Grande são baseadas nas seguintes leis e resoluções: (i) Lei das Águas – Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, modificada pelas resoluções nº 18, de 20 de dezembro de 2001 e nº 24 de 24 de maio de 2002, do Conselho Nacional de Recursos hídricos; (ii) Política Estadual de Recursos Hídricos – Lei nº 13.199 de 1999 do Estado de Minas Gerais, regulamentado pelos Decretos estaduais nº 41.578, de 08 de março de 2001 e nº 44.758 de 17 de março de 2008; (iii) e na Política Estadual de Recursos Hídricos, Lei nº 10.432 de 2006 do Estado da Bahia. Além disso, a interlocução entre o Comitê de Bacia, a Agência Nacional de Águas e os órgãos de meio ambiente e recursos hídricos estaduais se tornam fundamentais para a implementação da Lei das Águas. Este arcabouço legal e os diversos organismos institucionais que atuam sobre a Bacia hidrográfica do Rio Verde Grande, impõem sobre a gestão e governança da água neste território elevada complexidade.

Além disso, a Bacia do Rio Verde Grande abrange 27 municípios do estado de Minas Gerais e 08 municípios do Estado da Bahia. A região se destaca pela produção agrícola, sendo o seu principal polo regional a cidade de Montes Claros/MG que concentra grande parte da população da Bacia (ANA, 2013). Isto reafirma a complexidade existente para gerir as águas desta bacia e justifica a proposição desta proposta de integração e implementação coordenada dos instrumentos de gestão nas diversas esferas administrativas.

Planos de bacia

A Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande está compreendida dentro da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, a qual já possui Plano de Recursos Hídricos (PRH) para o decanato 2016-2025. O próprio PRH do São Francisco reforça a sugestão da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no que diz respeito ao duplo domínio dos rios federais e estaduais. A recomendação é direcionada para a Agência Nacional de Águas e se consiste em ampliar a delegação de prerrogativas de rios federais para os estados, com diretrizes acordadas em comum acordo com as entidades responsáveis pela gestão hídrica da região (CBHSF, 2016; OCDE, 2015).

A elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande foi iniciada em janeiro de 2008, sob a coordenação da Agência Nacional de Águas (ANA) através do contrato 031/ANA/2008. Os seus primeiros resultados foram apresentados no ano de 2010, prevendo um orçamento físico-financeiro do Plano para o período de 2010-2030. Sua versão final é datada de 2016 (ANA, 2013).

Planos estaduais de recursos hídricos

O Plano Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (2006-2020) foi aprovado pela resolução CONERH nº 01/2005 (BAHIA, 2006). Em seu relatório final é recomendado que a vazão diária com permanência de 90% (Q_{90d}) seja referência para efeito de concessão de outorga em todo o Estado. O Plano ainda indica que a Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande apresenta uma das piores condições de regularização natural das vazões superficiais de todo o Estado Baiano (BAHIA, 2006b).

O Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais foi aprovado pelo decreto nº 45.565 de 2011 (MINAS GERAIS, 2011). Em seu resumo executivo recomenda que a vazão de referência para a Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande seja a menor média móvel de sete dias consecutivos com tempo de retorno de 10 anos ($Q_{7,10}$). Segundo o Plano, esta recomendação se fundamenta em incentivar a utilização de águas subterrâneas, tendo em vista a baixa disponibilidade de águas superficiais e de precipitação na região (IGAM, 2011).

Outorga

Diversos subsídios para a agricultura na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande no final da década de 1980, aliado a uma redução da disponibilidade hídrica, causaram um quadro de dificuldades de compatibilização dos usos. Os inevitáveis conflitos pelo uso da água foram denunciados aos órgãos públicos no início da década de 1990, que por sua vez constataram que os critérios técnicos e procedimentos na concessão de outorgas precisariam ser revistos. Por consequência, o então Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal suspendeu, através da portaria de 30 de dezembro de 1996, a emissão de outorgas de direito de uso de água superficial nos limites da Bacia do Rio Verde Grande.

O Governo da Bahia, através do decreto estadual nº 6.296 de 21 de março de 1997 (BAHIA, 1997), estipulou que a vazão com permanência de 90% (Q_{90d}) é a vazão de referência para a concessão de outorgas no Estado. Sendo que o somatório das vazões outorgadas deve obedecer aos seguintes limites:

“Art. 14 (...)

I - 80% (oitenta por cento) da vazão de referência do manancial, estimada com base na vazão de até 90% (noventa por cento) de permanência a nível diário, quando não houver barramento;

II - 80% (oitenta por cento) das vazões regularizadas com 90% (noventa por cento) de garantia, dos lagos naturais ou de barramentos implantados em mananciais perenes;

III - 95% (noventa e cinco por cento) das vazões regularizadas com 90% (noventa por cento) de garantia, dos lagos naturais ou de barramentos implantados em mananciais intermitentes.” (BAHIA, 1997).

A ANA em 2001 instituiu o Grupo de Coordenação Interinstitucional (GCI) para promover e implementar um plano de gestão de recursos hídricos na Bacia do Rio Verde Grande. Em 2002 houve o cadastramento dos usuários de água do Rio Gorutuba, afluente da margem direita do Rio Verde Grande, e em 2003 foi definida a alocação negociada de água entre os usuários do Rio Gorutuba e o monitoramento da operação do reservatório Bico de Pedra, presente no mesmo rio (ANA, 2013).

Somente após esses avanços na gestão de recursos hídricos da Bacia do Rio Verde Grande, o Ministério do Meio Ambiente em 2003 revogou a portaria que suspendia a emissão de novas outorgas. Em maio deste mesmo ano, com base na Lei 9.433/97, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

O Governo de Minas Gerais, através da resolução conjunta SEMAD-IGAM nº 1.548, de 29 de março de 2012 (MINAS GERAIS, 2012), em relação ao limite máximo outorgável no território estadual, definiu que:

“Art 2. §1º (...) o limite máximo de captações a serem outorgadas nas bacias hidrográficas dos Rios Jequitaiá, Pacuí, Urucuia, Pandeiros, Verde Grande, Pará, Paraopeba, e Velhas, por cada seção considerada em condições naturais será de 30% (trinta por cento) da Q7,10, ficando garantidos a jusante de cada derivação, fluxos residuais mínimos equivalentes a 70% (setenta por cento) da Q7,10.” (MINAS GERAIS, 2012).

Casos excepcionais de outorga na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande

Os rios da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande se caracterizam como rios intermitentes, ou seja, em determinados períodos do ano, estes naturalmente poderão não apresentar água corrente superficial. Por isso, a ANA em parceria com órgãos dos sistemas estaduais de recursos hídricos da Bahia e de Minas Gerais, efetua a gestão a partir de monitoramento contínuo da disponibilidade hídrica. Isto tem sido feito a partir de resoluções específicas para cada corpo hídrico dentro da Bacia que apresentam maiores demandas e conflitos pelo uso d'água.

A resolução conjunta ANA/SEMAD-MG/IGAM-MG nº 52 de 26 de julho de 2018 (BRASIL, 2018) definiu regras para a outorga no sistema hídrico Verde Grande, constituído do leito principal do rio de mesmo nome, dentre elas estão:

- (i) As vazões insignificantes as que apresentam médias diárias iguais ou inferiores a 0,5 l/s;
- (ii) As condições de uso pela alocação de água respeitarão valores previstos a partir do EH registrado no último dia de abril, considerados os níveis d'água observados nos pontos de controle PC 3 e PC 4;
- (iii) As outorgas consideradas sazonais são permitidas exclusivamente entre os meses de novembro de abril do ano seguinte;
- (iv) As alocações anuais de água serão realizadas em reuniões públicas;
- (v) A ANA editará até o terceiro dia útil de cada mês Boletim de Acompanhamento da Alocação de Água declarando as condições de uso para o período subsequente.

- (vi) A vazão média outorgável no sistema é definida por subsistema hídrico e por finalidade, estando condicionadas à vazão ou Estado Hidrológico (EH) dos pontos de controle (PC) representados cartograficamente na Figura 1.

Os Estados Hidrológicos existentes segundo a resolução supracitada são: EH azul, no qual é autorizada captação de volumes diários superiores aos definidos nas respectivas outorgas, limitados a duas vezes o volume máximo diário outorgado; EH verde, no qual é autorizada a captação de volumes diários até os valores máximos outorgados; EH amarelo, no qual as condições de usos serão estabelecidas no termo de alocação anual de água, em Boletins de Acompanhamento de Alocação ou em comandos específicos definidos na própria resolução e detalhados em cada Ponto de Controle; EH Vermelho, situação de escassez hídrica, são autorizados os usos que independem de outorga, usos prioritários e outros usos estabelecidos no termo de alocação anual de água, em Boletins de Acompanhamento da Alocação ou em comandos específicos da própria resolução e detalhados em cada Ponto de Controle.

As vazões médias diárias outorgáveis no Sistema Hídrico do rio Verde Grande são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Vazões médias diárias outorgáveis por subsistema hídrico e finalidade (l/s)

Usos	AVG	MSVG	MIVG	BVG
Abastecimento				
público Verdelândia	0	0	20	0
(1)				
Abastecimento				
público Montes Claros	500	0	0	0
(2)				
Abastecimento				
público Jaíba (3)	0	0	0	25
Demais usos				
permanentes (4)	281	125	627	330
Usos sazonais (5)	15	352	988	1098

Total outorgável	796	477	1615	1428
------------------	-----	-----	------	------

Fonte: ANA/SEMAD/IGAM, 2018

- (1) Inclui a possibilidade de atendimento a povoados rurais no município de Verdelândia (MG).
- (2) Uso submetido às condições observadas no ponto de controle PC 1 (Figura 1).
- (3) Captação sujeita a outorga de direito de uso, de caráter excepcional e vinculada a colapso da captação a partir do distrito de Irrigação Jaíba.
- (4) Uso permanente é previsto para todos os meses do ano.
- (5) Uso sazonal é previsto somente para os meses de novembro a abril do ano seguinte.

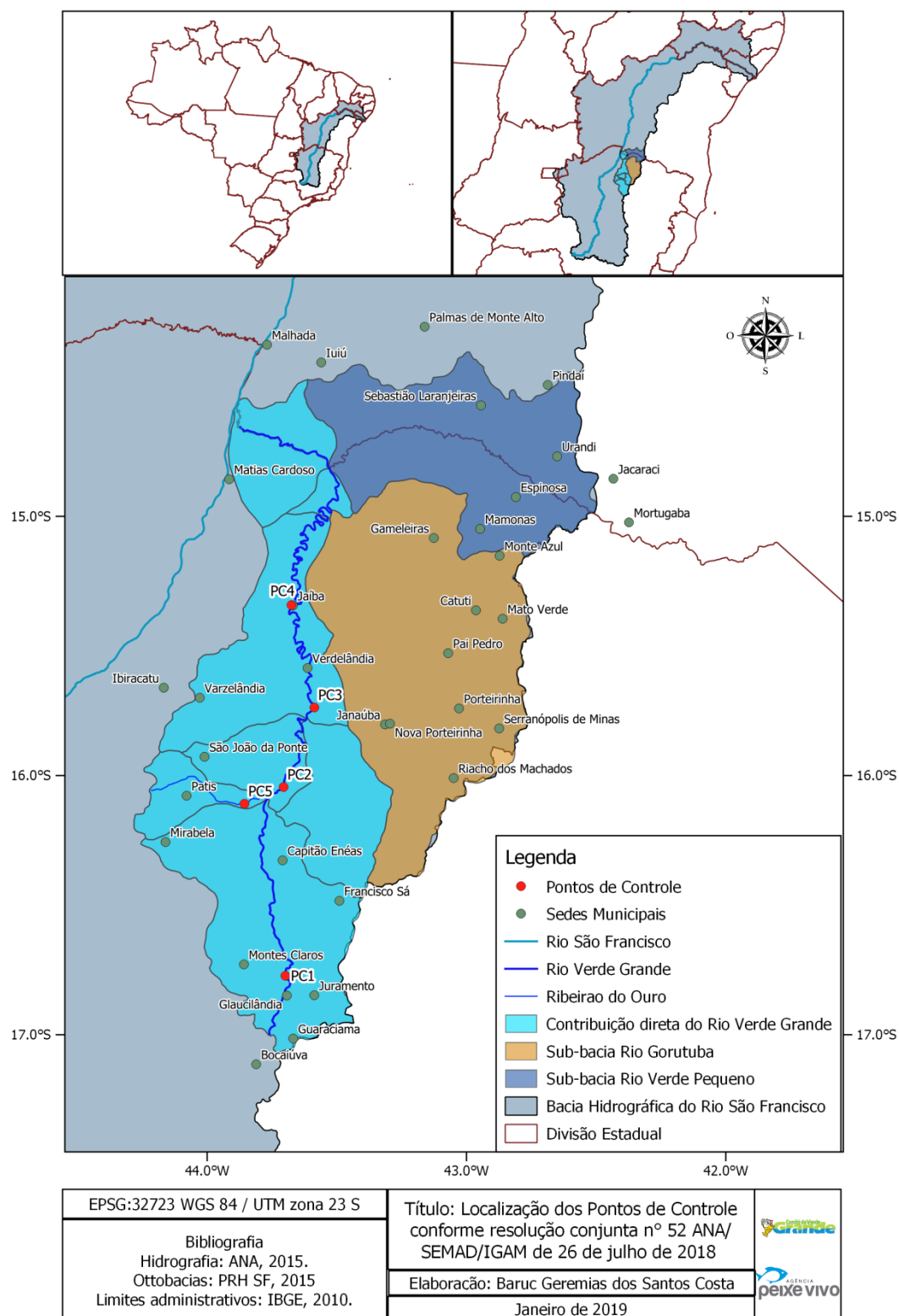
AVG: Alto Verde Grande

MSVG: Médio Superior Verde Grande

MIVG: Médio Inferior Verde Grande

BVG: Baixo Verde Grande

Figura 1 - Mapa de Localização dos Pontos de Controle (PC) conforme resolução conjunta ANA/SEMAD/IGAM nº 52 de 26 de julho de 2018



A resolução ANA nº 584 de 03 de abril de 2017 (ANA, 2017) define condições de uso dos recursos hídricos no açude do Estreito e na barragem Cova da Mandioca, localizados na Sub-bacia do rio Verde Pequeno, na Bacia do Rio Verde Grande (Figura 2). Estreito e Cova da Mandioca possuem um canal de interligação, servindo para transpor águas entre os corpos hídricos. A comporta da comporta que transpõe água entre os reservatórios está localizada na cota 492 metros e é gerida por uma comissão composta por consumidores de água dos mananciais, da CODEVASF e do Governo Federal (ANA, 2018).

A mesma resolução ANA nº 584/2017 definiu alguns pontos cruciais no que diz respeito às outorgas no açude do Estreito e na Barragem Cova da Mandioca, dentre elas, cita-se:

- (i) As captações que independem de outorga serão as que apresentam médias anuais iguais ou inferiores a 0,5 l/s;
- (ii) Os usos de recursos hídricos serão condicionados ao Estado Hidrológico de cada reservatório, sendo eles EH Verde, EH Amarelo e EH Vermelho. Sendo que EH Verde: Todos os usos outorgados são garantidos, EH Amarelo: os usos submeter-se-ão às condições estabelecidas no termo de alocação de água; EH Vermelho: situação de escassez hídrica, na qual os usos submeter-se-ão à definição dos órgãos outorgantes, garantida reunião pública;
- (iii) A comporta instalada no canal de interligação permanecerá na cota 492 m, salvo definição contrária da Comissão Gestora da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Pequeno;
- (iv) O outorgado deverá informar os volumes captados mensalmente durante o ano anterior e os volumes mensais previstos para o ano subsequente por meio da Declaração Anual de Uso dos Recursos Hídricos – DAURH, até 31 de janeiro de cada ano, conforme estabelece a Resolução ANA nº 603/2015.
- (v) A vazão média anual outorgável nos reservatórios Estreito e Cova da Mandioca é de respectivamente 0,610 e 1,006 m³/s, de acordo com os Quadro 2 e Quadro 3.

Quadro 2 - Usos associados para o reservatório Estreito

Usos	Vazão Média Anual (l/s)	Referência
Abastecimento público - Espinosa – MG	60	Res. ANA n.º 732/2011 (outorga vigente)
Abastecimento urbano nos Núcleos I e II do Perímetro Irrigado Estreito	3	Estimativa CODEVASF
Irrigação no Perímetro Irrigado Estreito – Etapas I e II	408	Resolução ANA n.º 461/2011 e estudo CODEVASF – Plena Consultoria (2012)
Demais usos no entorno do reservatório	126	Resolução ANA n.º 465/2011 e estudo CODEVASF – Plena Consultoria (2012)
Demais usos no entorno do reservatório que independem de outorga	13	Estimativa COMAR
TOTAL	610	

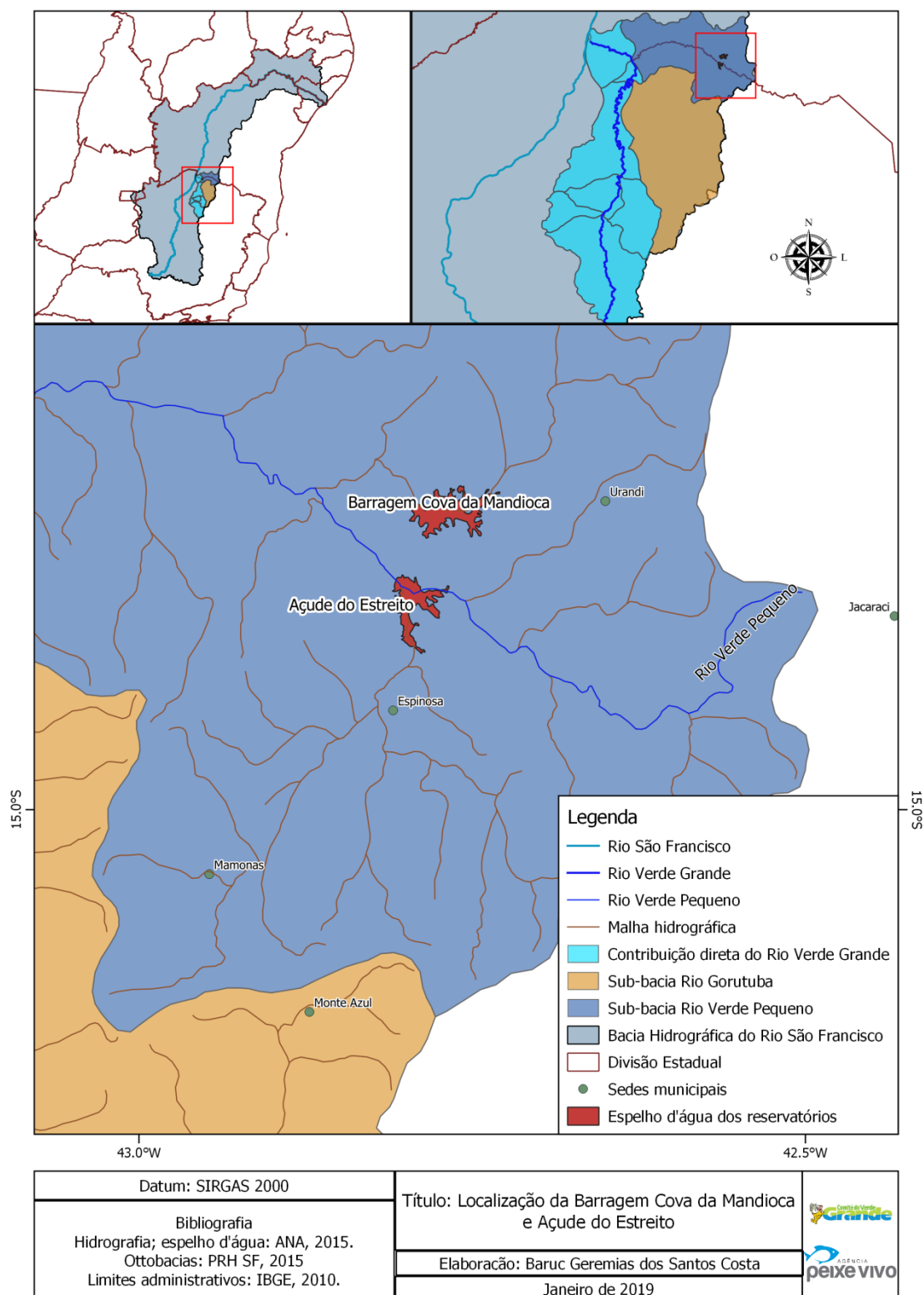
Fonte: ANA, 2017

Quadro 3 - Usos associados para o reservatório Cova da Mandioca (ANA, 2017)

Usos	Vazão Média Anual (l/s)	Referência
Abastecimento urbano - Núcleos III e VI do Perímetro Irrigado Estreito	3	Estimativa CODEVASF
Irrigação no Perímetro Irrigado Estreito – Etapas III e IV	853	Resolução ANA n.º 461/2011 e estudo CODEVASF – Plena Consultoria (2012)
Demais usos no entorno do reservatório	136	Resolução ANA n.º 465/2011 e estudo CODEVASF – Plena Consultoria (2012)
Demais usos no entorno do reservatório que independem de outorga	14	Estimativa COMAR
TOTAL	1006	

Fonte: ANA, 2017

Figura 2 - Mapa de Localização da Barragem da Cova da Mandioca e Açude do Estreito



A resolução conjunta ANA/IGAM n° 1.564 de 21 de agosto de 2017 (BRASIL, 2017) dispõe sobre as condições de uso dos recursos hídricos no reservatório Bico da Pedra e em trecho do rio Gorutuba. O Sistema Hídrico Bico da Pedra e rio Gorutuba compreende o reservatório e o trecho do Rio, logo a jusante da Barragem, até a confluência com o rio Mosquito (Figura 3).

A resolução ANA/IGAM n° 1.564/2017 (BRASIL, 2017) define regras para a outorga e o uso das águas no Sistema Hídrico Bico da Pedra e rio Gorutuba, dentre as quais se destaca:

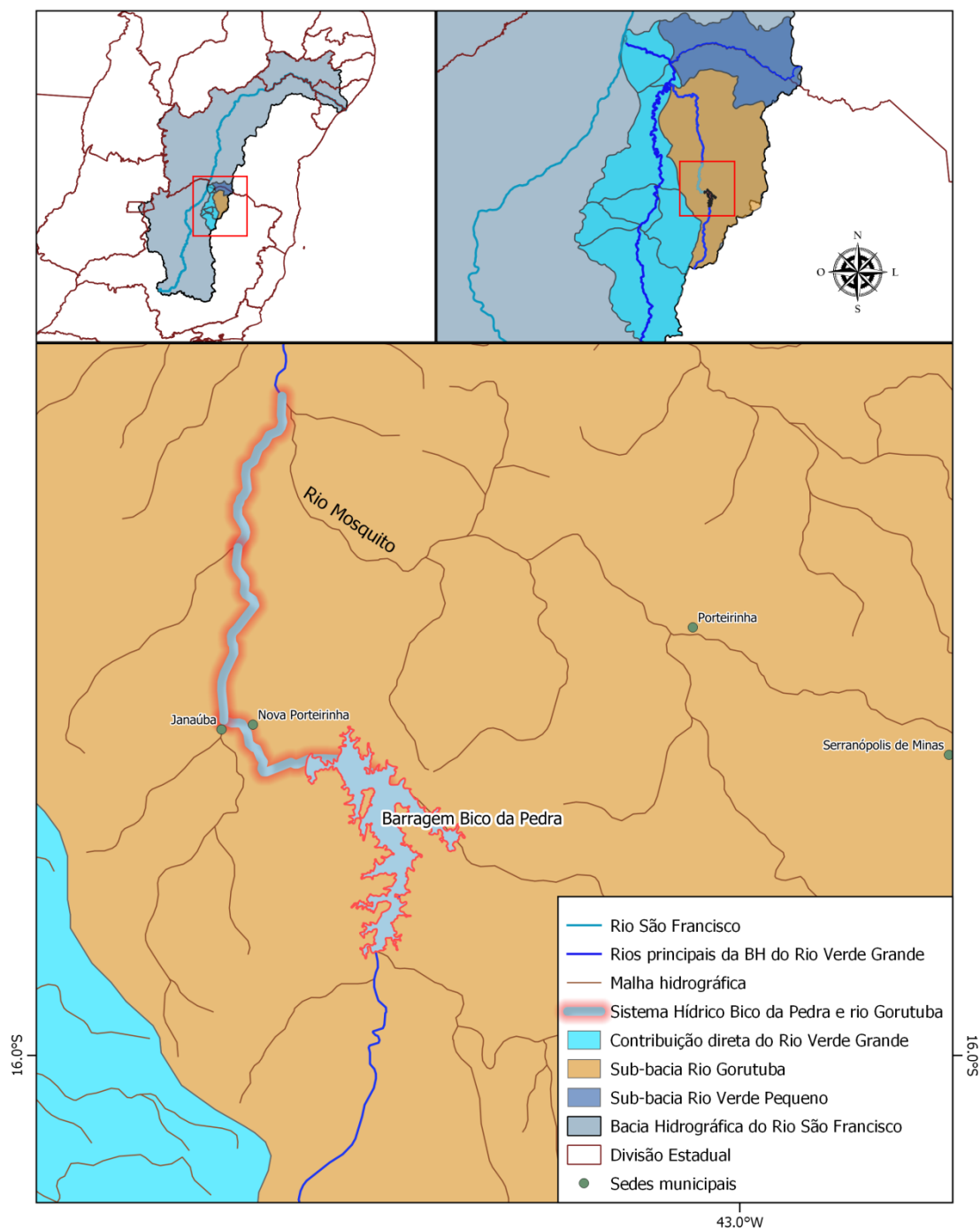
- (i) As captações que independem de outorga no reservatório Bico da Pedra são as que apresentam médias anuais iguais ou inferiores a 0,5 l/s;
- (ii) As captações que independem de outorga no rio Gorutuba são as vazões instantâneas iguais ou inferiores a 0,5 l/s;
- (iii) Os usos de recursos hídricos serão condicionados ao Estado Hidrológico do reservatório Bico da Pedra, sendo eles: EH Verde, no qual os usos outorgados serão garantidos; EH Amarelo, no qual os usos submeter-se-ão às condições estabelecidas no termo de alocação de água; EH Vermelho, situação de escassez hídrica, na qual os usos submeter-se-ão à definição dos órgãos outorgantes, garantida realização de reunião pública.
- (iv) O outorgado de uso de recursos hídricos de domínio da União, cujo empreendimento possui soma das vazões máximas instantâneas das captações, autorizadas por meio de uma ou mais outorgas de direito de uso de recursos hídricos, igual ou superior a 150 m³/h, deverá realizar o monitoramento dos volumes de captação e enviar a DAURH, conforme termos da resolução ANA n° 603, de 26 de maio de 2015.
- (v) A vazão outorgável no reservatório Bico da Pedra e no trecho do rio Gorutuba (Figura 3) são respectivamente 2,164 e 0,663 m³/s, de acordo com os usos previstos no Quadro 4.


Quadro 4 - Usos associados ao Sistema Hídrico Bico da Pedra e rio Gorutuba

Usos	Vazão Média Anual (l/s)	Referência
Abastecimento público – Janaúba e Nova Porteirinha – MG (inclusive a captação do PIG)	180	Resolução ANA nº 119/2015
Irrigação no Perímetro Irrigado Gorutuba	1864	CNARH nº 293393
Aquicultura no Perímetro Irrigado Gorutuba	60	Estimativa baseada nas medições de 2015 e 2016
Demais usos no entorno do reservatório	60	Resoluções ANA nº 110/2006 e 12/2010
Usos outorgáveis no reservatório	2164	
Irrigação no Perímetro Irrigado Lagoa Grande	613	Resolução ANA nº 1167/2016
Demais usos a jusante do reservatório até a confluência com o rio Mosquito	50	ACUA Nº 05/2016 (IGAM)
Usos outorgáveis a jusante	663	
Perenização (*) do rio Gorutuba até a confluência com o rio Mosquito	337	Estimativa baseada no histórico de vazões defluentes
TOTAL	3164	

Fonte: ANA/IGAM, 2017.

Figura 3 - Mapa de localização do sistema hídrico Bico da Pedra e rio Gorutuba conforme resolução conjunta ANA/IGAM nº 1.564 de 21 de agosto de 2017



Datum: SIRGAS 2000	Título: Localização do sistema hídrico Bico da Pedra e rio Gorutuba	
Bibliografia Hidrografia; espelho d'água: ANA, 2015. Otobacias: PRH SF, 2015 Limites administrativos: IBGE, 2010.	Elaboração: Baruc Geremias dos Santos Costa	
	Janeiro de 2019	

Cobrança

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande sugeriu os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos e propôs as acumulações, derivações, captações e lançamentos insignificantes para os **rios de domínio da União** e para os **rios de domínio dos Estados de Minas Gerais e da Bahia**, na Bacia do rio Verde Grande, por meio das Deliberações nº 50 e 51 de 2015.

Em seguida, através da resolução nº 171 de 2015, o Conselho **Nacional** de Recursos Hídricos aprovou os mecanismos e valores de cobrança pelo uso dos recursos hídricos **de domínio da União** na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Dessa forma, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos do Rio Verde Grande teve início em abril de 2017, sendo os boletos de cobrança encaminhados aos usuários de recursos hídricos a partir do mês de março de 2018.

Por meio do Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017, firmado entre a Agência Nacional de Águas e a Agência Peixe Vivo, indicada para desempenhar as funções de Agência de Águas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, até a data de 31/12/2018 a ANA já havia repassado o montante de R\$ 65.902,53 (sessenta e cinco mil novecentos e dois reais e cinquenta e três centavos) para a Agência Peixe Vivo, referente aos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União na bacia do Verde Grande.

Apesar de a Deliberação nº 50/2015 ter sugerido os mecanismos e valores de cobrança para os rios de **domínio estadual** (em Minas Gerais e na Bahia) na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, até então a cobrança não foi efetivada.

A PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO

A contextualização apresentada anteriormente transpõe a complexidade e as disparidades existentes na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, especialmente no que concerne às metodologias para a emissão de outorgas e entraves para a implementação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito estadual.

Nesse sentido, para que essas questões possam ser melhor discutidas e elucidadas, sugere-se a realização de um **WORKSHOP** intitulado “Estratégias de integração para a

gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande”, com a participação dos órgãos gestores de recursos hídricos, CBH Verde Grande, Agência Peixe Vivo e demais entidades com interesse na bacia.

Para a realização do WORKSHOP foram pensadas as seguintes estratégias:

- **Local de realização:** cidade de Montes Claros/MG.
- **Organizadores:** Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande e Agência Peixe Vivo.
- **Convidados palestrantes:** Agência Nacional de Águas (ANA); Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM/MG); e Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA/BA).
- **Demais convidados:** população da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, usuários de água, representantes dos Distritos irrigados de Jaíba, Gortuba, Estreito e Cova da Mandioca, representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, Universidades, Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH) de Minas Gerais e Bahia, dentre outros.
- **Data preliminar:** abril/2019
- **Duração prevista:** 8 (oito) horas.
- **Programação preliminar:**
 - 08:30h às 09h: Recepção e cadastramento
 - 09h às 09:30h: Abertura – CBH Verde Grande
 - 09:30h às 10:10h: Apresentação – ANA
 - 10:10h às 10:30h: coffee-break
 - 10:30h às 11:10h: Apresentação – IGAM
 - 11:10h às 11:50h: Apresentação – INEMA
 - 12:00h às 13:30h: intervalo para almoço
 - 13:30h às 15:00h: perguntas e debates (profissional de moderação)

15:00h às 17:30h: encerramento

- **Tema das apresentações a serem realizadas pelos representantes dos órgãos gestores de recursos hídricos:** instrumentos de gestão dos recursos hídricos aplicados à Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande: planos de bacia, outorga e cobrança (formas de aplicação, dificuldades e entraves, propostas de articulação) para **águas superficiais** e **subterrâneas**.
- **Resultados esperados:** elaboração de documento técnico consolidado contendo um resumo das discussões realizadas e a proposta de integração para a gestão dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

APÊNDICE II

CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017



2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
A BACIA DO RIO VERDE GRANDE.....	2
O CONTRATO DE GESTÃO	2
O PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL 2018 - 2020	2
PROGRAMA DE TRABALHO ESPECÍFICO (PTE).....	2
REFERÊNCIAS	2

INTRODUÇÃO

A bacia do rio Verde Grande apresenta uma situação muito crítica de escassez hídrica, o que fica evidente quando se avalia o confronto entre disponibilidades e demandas hídricas. Ao mesmo tempo, estão instalados na região três grandes polos de irrigação, que são os distritos públicos de irrigação de Jaíba e Gortuba (e Lagoa Grande), ambos localizados em Minas Gerais e Estreito, situado na Bahia.

Estima-se que mais de 800 mil pessoas vivem na Bacia, sendo que 40% dessa população reside em Montes Claros (principal polo urbano da bacia). Este cenário acarreta problemas relacionados ao abastecimento deste contingente populacional, e em consequência disso, problemas ambientais relacionados a esgotamento sanitário e disposição/tratamento de resíduos sólidos. Além disso, esse indicador traz à tona um dos graves problemas sociais identificados na bacia: o êxodo rural, principalmente para o município de Montes Claros, em decorrência da redução da disponibilidade de recursos hídricos nas áreas rurais, culminando com a miserabilidade das famílias de pequenos produtores.

Em face da crescente demanda por água na bacia, devido principalmente à expansão de áreas irrigadas e ao crescimento populacional, foram construídas as barragens do Bico da Pedra (sub-bacia Alto Gortuba), Estreito e Cova da Mandioca (sub-bacia Alto Verde Pequeno) e Juramento (sub-bacia Alto Verde Grande). A implantação dos reservatórios contribuiu para regularizar as vazões nos principais rios da Bacia e assim, garantir o atendimento aos diversos usos. Porém, os conflitos pelo uso da água na região que se iniciou na década de 80, vêm se intensificando e tem sido agravada pela diminuição da precipitação pluviométrica observada nos últimos quatro anos, bem como pelo aumento da exploração de águas subterrâneas, que se faz, majoritariamente, em desconformidade com os procedimentos legais vigentes.

Diante desse cenário, fez-se urgente planejar e propor ações visando o melhor aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia, como forma de fortalecer a gestão dos recursos hídricos e garantir seu uso para as presentes e futuras gerações. Por isso, iniciou-se em 2008, a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (PRH Verde Grande), promovido pela Agência Nacional de Águas (ANA) em parceria com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBH Verde Grande). A elaboração do PRH Verde Grande contou ainda com a colaboração técnica dos órgãos gestores de recursos hídricos dos dois estados da Federação envolvidos: o IGAM, em Minas Gerais, e do agora extinto, INGÁ, substituído pelo INEMA (Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado da Bahia). A execução do Plano foi realizada pela Ecoplan Engenharia Ltda, empresa contratada pela ANA para desenvolver os estudos técnicos que subsidiaram a construção do plano.

O PRH Verde Grande foi desenvolvido em três etapas, compostas pelo Diagnóstico Integrado da Bacia (situação atual), Prognóstico da Situação dos Recursos Hídricos (possibilidades de futuro) e Plano de Recursos Hídricos do Rio Verde Grande (propostas de ações). A elaboração de um Plano de Recursos Hídricos é um processo complexo, que além de reunir os aspectos técnicos sobre a bacia, deve considerar as percepções e anseios da sociedade que vive, trabalha e desfruta dos serviços dos recursos hídricos da região.

Para garantir o princípio participativo da gestão das águas, ao longo do processo de elaboração do Plano, o CBH Verde Grande delegou à sua Câmara Técnica Consultiva (CTC) o acompanhamento dos trabalhos por meio de reuniões mensais com os demais órgãos envolvidos, de modo que em cada etapa do Plano (Diagnóstico, Prognóstico e Programas) foi realizada uma rodada de reuniões públicas, com um encontro em cada sub-bacia. Ao final das etapas, os resultados foram apresentados ao plenário do Comitê para considerações e aprovação. Assim, após um longo trabalho, o PRH Verde Grande foi concluído no ano de 2010, e tendo passado por várias revisões tem sua versão final datada de 2016.

Em 2017, a ANA e a Agência Peixe Vivo, celebraram o Contrato de Gestão nº 083/2017, estabelecendo a Peixe Vivo como a Agência de Bacia do CBH Verde Grande, e, portanto, a responsável por fornecer suporte técnico, financeiro e administrativo às atividades do Comitê. Nesse mesmo ano, iniciou-se o sistema de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do rio Verde Grande, um dos instrumentos de gestão das águas instituído pela Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (9.433/1997). É importante ressaltar que os boletos bancários referentes ao uso da água no ano de 2017, foram emitidos a partir de março de 2018.

Com base no PRH Verde Grande - instrumento norteador para a implementação de programas e projetos que visam a melhorias na qualidade e quantidade das águas da bacia - foi elaborado o Plano de Aplicação Plurianual (PAP). Trata-se do documento no qual a entidade delegatária (Agência Peixe Vivo) propõem ao Comitê um planejamento de aplicação dos recursos oriundos da cobrança na bacia, através de rubricas específicas.

Dessa forma, a Agência Peixe Vivo baseou sua atuação no CG 083/2017, dando sequência às propostas de ações descritas nos Componentes do Plano Plurianual de Aplicação (PAP) 2018-2020, dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Além de apoiar as articulações do CBH Verde Grande em suas reuniões plenárias, reuniões das Comissões Gestoras e Câmaras Técnicas, iniciar o desenvolvimento de projetos demonstrativos hidroambientais nas diversas regiões fisiográficas, dentre outras atividades a seguir relatadas.

A BACIA DO RIO VERDE GRANDE

A Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, chamada Lei das Águas, define no artigo 1º, inciso V, que “a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”. A bacia hidrográfica é definida como unidade territorial de planejamento e gestão, em detrimento de outras unidades político-administrativas como municípios, estados e regiões (SALDANHA, 2003:125). Portanto, a bacia hidrográfica é uma porção da paisagem natural que abrange de forma integrada os aspectos econômicos, sociais e ambientais que relacionam-se com os recursos hídricos.

O rio Verde Grande é um importante afluente da margem direita do rio São Francisco. Por abranger limites entre os estados de Minas Gerais e da Bahia, o rio Verde Grande, assim como seu afluente o rio Verde Pequeno, é considerado um rio de domínio da União. Por esse motivo,

as aquisições de produtos e serviços a serem efetuados pela Entidade Delegatária Agência Peixe Vivo em prol da Bacia serão regidas pelos normativos próprios e pelo Contrato de Gestão firmado com a Agência Nacional de Águas (ANA). Para facilitar a elaboração de estudos e intervenções de projetos a Bacia foi dividida em oito sub-bacias de acordo com seus três principais rios: o Verde Grande, Gorutuba e Verde Pequeno.

A bacia do rio Verde Grande possui uma área de 31.410 km², que abrange oito municípios na Bahia (13% da área total) e 27 municípios em Minas Gerais (87% da área total), conforme Figura 1. A população é de 896.803 mil habitantes (74% urbana e 26% rural), que corresponde a cerca de 5% da população total da bacia do São Francisco. A maior parte da população está concentrada no município de Montes Claros, responsável pela expressiva expansão urbana na bacia.

Localizada na região do semiárido brasileiro (Norte de Minas e Oeste da Bahia), a bacia do rio Verde Grande possui, conforme a classificação de Köppen, clima tropical quente e úmido do tipo Aw, que se caracteriza por verões quentes e invernos secos com temperaturas mais amenas. A sazonalidade é outro fator marcante do clima da Bacia, em que se observa uma estação chuvosa (outubro a março) e uma estação seca (abril a setembro) bastante definidas. No período de chuvas ocorre mais de 90% da precipitação anual.

A fitofisionomia da região da bacia do rio Verde Grande se caracteriza como uma zona de transição entre o Cerrado e a Caatinga, com presença de remanescentes de Mata Seca. O relevo, em sua maior extensão, é bastante plano, sendo as altitudes mais elevadas observadas nas áreas do Médio e Baixo Gorutuba e Alto Verde Pequeno. É importante destacar que devido a geologia cárstica, característica da região, é possível identificar sumidouros naturais em pontos ao longo da porção do Médio Verde Grande. No período de seca, a vazão do rio Verde Grande fica comprometida, pois a água do rio recarrega o aquífero adjacente à margem esquerda do rio por meio desses “buracos”.

Quanto ao uso e ocupação do solo é predominante na bacia duas grandes categorias: uso antrópico (53%) e a cobertura natural (47%). O uso antrópico corresponde a todas as atividades socioeconômicas, tais como agropecuária, urbanização e irrigação. Já a cobertura natural, refere-se às feições naturais, ainda que não totalmente preservadas, com destaque para a presença dos remanescentes de vegetação de áreas protegidas no Alto Gorutuba, Alto Verde Grande e no Baixo Verde Grande.

A configuração econômica da Bacia é marcada por atividades do setor de Serviços e Indústria que possuem maior representatividade no PIB, com destaque para Montes Claros como principal polo regional e outros municípios como Janaúba, Jaíba, Porteirinha (MG) e Urandi (BA). Porém, a agropecuária é a atividade que demanda maior consumo de água na Bacia e é também responsável pelo emprego de 50% da população economicamente ativa. Na produção agrícola, o principal cultivo temporário é o milho, seguido dos cultivos de feijão e algodão. Dentre os cultivos, permanentes, destacam-se a banana, manga, coco, limão, laranja, café e mamão. Estima-se que a Bacia possua uma área de 38,7 mil hectares irrigados, com ênfase para o Projeto Jaíba, o maior projeto de irrigação da América Latina.

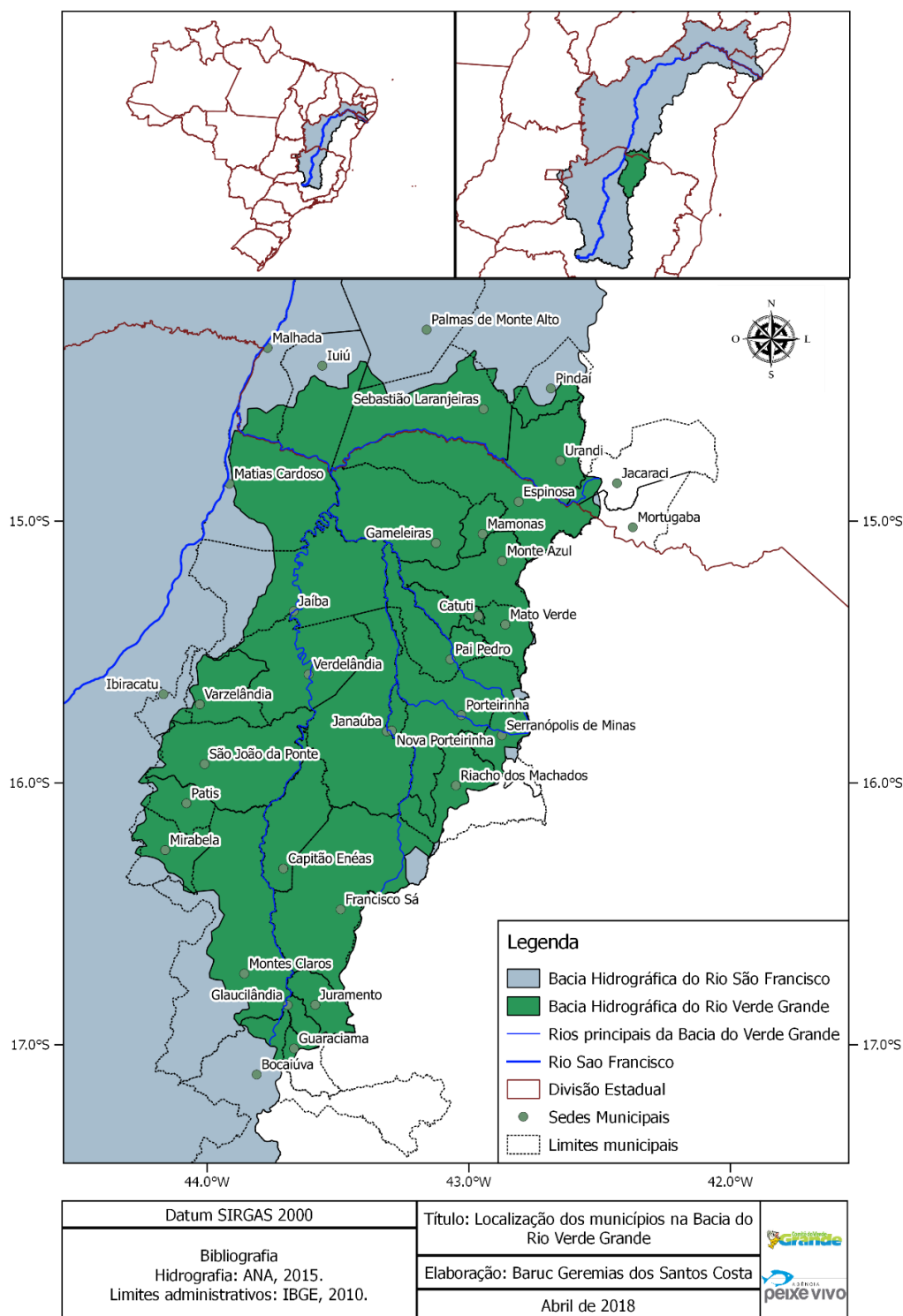


Figura 1 - Localização dos municípios na Bacia do Rio Verde Grande.

O CONTRATO DE GESTÃO

O Contrato de Gestão no 083/2017 foi celebrado entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Peixe Vivo, tendo como anuente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBHVG). Esse Contrato de Gestão delega à Agência Peixe Vivo as funções de Agência de Bacia do CBHVG e, portanto, estabelece um conjunto de metas a serem alcançados pela Agência Peixe Vivo, cujos resultados são mensurados por meio de quatro indicadores de desempenho. Esses indicadores constam no Programa de Trabalho e são os seguintes: 1) Disponibilização de Informações; 2) Planejamento e Gestão; 3) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos e 4) Reconhecimento pelos Membros do Comitê.

O Contrato de Gestão, que prevê o repasse dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia hidrográfica, permitiu que a Agência Peixe Vivo iniciasse o cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Trabalho firmado. Em maio de 2018 a Peixe Vivo publicou o Ato Convocatório nº 001/2018 referente ao Processo de Seleção e Recrutamento de Provas Objetivas e Provas de Títulos, para provimento de duas vagas em seu quadro de funcionários, sendo uma vaga de Analista Ambiental Jr. para apoio específico ao CBH Verde Grande. O processo encerrou-se em setembro de 2018. Concomitantemente, a Peixe Vivo empreendeu a instalação do escritório de apoio do CBH Verde Grande, que se localiza na cidade de Montes Claros.

A Agência Peixe Vivo apoiou a realização e participou das reuniões plenárias do Comitê, bem como de suas Comissões Gestoras, Câmaras Técnicas e do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, cuja finalidade é de acompanhar a execução do CG 083/2017. Além disso, apoiou também a participação do CBHVG em eventos externos que possibilitaram a representação do Comitê e/ou a divulgação do mesmo à sociedade. Essas reuniões e eventos são melhor descritas mais adiante.

A partir da aprovação do Plano de Aplicação Plurianual 2018-2020 (PAP 2018-2020), que se deu na 30ª Reunião Ordinária do CBHVG (conforme deliberação nº 67/2018) foi possível estabelecer previsões orçamentárias de ações e projetos a serem executados nos anos de 2018 a 2020, com base em rubricas distribuídas em quatro componentes compatíveis com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia. São eles: 1) Gestão de recursos hídricos e comunicação social; 2) Racionalização dos usos e conservação de solo e água; 3) Incremento da oferta hídrica e saneamento e 4) Gestão de águas subterrâneas. Nesse sentido, a Peixe Vivo iniciou também o processo de contratação de serviços de consultoria especializada para elaborar o Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Verde Grande (MOP Verde Grande), por meio de Ato Convocatório nº 001/2018.

Com a sua estrutura já implantada, a Agência Peixe Vivo executa a administração financeira dos recursos arrecadados e repassados pela ANA, contrata serviços e fornecimentos diversos e ainda executa a prestação de contas das despesas efetuadas, para exame dos órgãos internos e externos de controle e fiscalização.

O PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL 2018 - 2020

O Plano de Aplicação Plurianual é um instrumento que se presta ao planejamento financeiro, sendo usualmente de ampla divulgação e capaz de informar quais são as possibilidades de investimentos nas diversas rubricas orçamentárias.

Sua formatação deve ser sucinta e esclarecedora para que cada item orçamentário tenha valor disponível para investimento, ajustado ao cronograma físico das ações que se deseja realizar, possibilitando aos gestores e ao público, em geral, o prévio conhecimento dos desembolsos programados.

O Plano de Aplicação Plurianual para o triênio 2018-2020 (PAP 2018-2020) dos recursos financeiros arrecadados pela cobrança do uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande foi aprovado pelo CBH Verde Grande e instituído por meio da Deliberação CBH Verde Grande nº 67/2018, em 06 de novembro de 2018.

O PAP elaborado para o CBH Verde Grande apresenta uma previsão de desembolsos a serem realizados no triênio 2018-2020, para a realização das atividades finalísticas do Comitê, o que corresponde a 92,5% (noventa e dois e meio por cento) dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Verde Grande, conforme previsto em Lei. Os 7,5% (sete e meio por cento) restantes, serão destinados à manutenção e custeio da Agência Peixe Vivo.

Para a elaboração do PAP CBH Verde Grande 2018-2020, foram definidos 4 (quatro) componentes principais para serem trabalhados, compatíveis com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. São eles:

- ✓ Componente I – Gestão de recursos hídricos e comunicação social;
- ✓ Componente II – Racionalização dos usos e conservação de solo e água;
- ✓ Componente III – Incremento da oferta hídrica e saneamento;
- ✓ Componente IV – Gestão de águas subterrâneas.

A implementação do PAP CBH Verde Grande 2018-2020, que prevê a alocação total dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, detalhada nos diversos subcomponentes, passou, necessariamente, pela discussão democrática e participativa das instâncias do CBH Verde Grande, juntamente com a Diretoria Executiva da Agência Peixe Vivo.

Os desdobramentos das rubricas específicas do PAP CBH Verde Grande 2018-2020 que devem ser investidos na bacia estão definidos no Anexo Único da Deliberação Normativa CBH Verde Grande nº 67/2018, como mostrado na Tabela 1.

Pela análise da peça orçamentária do PAP é possível observar que a maioria das rubricas propostas encontram-se zeradas, pois os valores auferidos com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, atualmente única fonte arrecadatória do CBH Verde Grande para a implementação das ações do PAP, é inexoravelmente insuficiente frente às metas do PRH Verde Grande. Entretanto, as rubricas foram sugeridas tendo em vista a possibilidade de articulações e parcerias com órgãos e entidades que têm interesse na bacia e poderiam aportar recursos financeiros e técnicos para a implementação das ações propostas.

Para o triênio 2018-2020, todo o montante de recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia está e continuará sendo destinado para o apoio às atividades do Comitê, no que tange à organização e apoio à participação em reuniões plenárias, de câmaras técnicas, dentre outras e também ao plano continuado de educação, mobilização e comunicação do CBH Verde Grande. Tais ações foram elencadas como imprescindíveis para a continuidade da atuação do Comitê e para a retomada da sua visibilidade no contexto da bacia e fora dela.

Diante dos recursos visivelmente escassos apenas duas rubricas puderam ser contempladas com os recursos provenientes da arrecadação pelo uso de recursos hídricos, sendo elas:

- ✓ I.3.1.2 Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros eventos; e
- ✓ I.3.1.3 Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande.

Tabela 1 - Anexo único da Deliberação Normativa CBH Verde Grande nº 67/2018.

PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE 2018 - 2020

Descrição	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Saldo financeiro em Dezembro de 2017	R\$ 0,00				
Valor previsto para arrecadação com a cobrança pelo uso da água no ano (92,5%)*		R\$ 85.983,25	R\$ 85.983,25	R\$ 85.983,25	R\$ 257.949,75
Valor disponível para desembolso por ano (arrecadado no ano + saldo do ano anterior)		R\$ 85.983,25	R\$ 156.966,50	R\$ 116.949,75	
Valor previsto para execução/desembolso por ano		R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00
Saldo por ano		R\$ 70.983,25	R\$ 30.966,50	R\$ 1.949,75	R\$ 1.949,75

* Valor calculado com base na Nota Informativa ANA nº 1/2018/CSCOB/SAS de 28/03/2018 e informações atualizadas pela ANA e repassadas à Agência Peixe Vivo em 10/07/2018.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS COM A COBRANÇA (92,5%)

Componente I - Gestão de recursos hídricos e comunicação social					
		2018	2019	2020	Subtotal
		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1	Implementação dos instrumentos de gestão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.1	Outorga e fiscalização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.1.1	001 Estudos para subsidiar a revisão dos critérios de outorgas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.1.2	002 Estudos para avaliação da efetividade dos marcos regulatórios e alocações negociadas de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.1.3	003 Estudo de consistência de dados de cadastro e outorgas de direito de uso das águas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.2	Enquadramento dos corpos hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.2.1	004 Estudo sobre o enquadramento dos corpos de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.3	Cobrança pelo uso da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.3.1	005 Estudo de aprimoramento da metodologia de cobrança pelo uso da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.4	Sistema de informações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.4.1	006 Implementação e gerenciamento do Sistema de Informações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.5	Revisão do Plano de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.1.5.1	007 Revisão do Plano de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.2	Monitoramento Hidrológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.2.1	Monitoramento pluviométrico e fluviométrico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.2.1.1	008 Ampliação da rede de dados pluviométricos e fluviométricos da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.2.1.2	009 Utilização dos dados fluviométricos para fiscalização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.2.2	Monitoramento qualitativo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.2.2.1	010 Ampliação do monitoramento da qualidade das águas da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.2.3	Mudanças climáticas e sistemas de previsão e alerta contra eventos hidrológicos críticos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.2.3.1	011 Estudos relacionados a eventos hidrológicos críticos (secas e enchentes)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.2.3.2	012 Estudos para avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre recursos hídricos da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.3	Comunicação social, educação e conscientização ambiental em recursos hídricos	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00
I.3.1	Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00
I.3.1.1	013 Apoio às atividades de mobilização para renovação dos membros do CBH Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
I.3.1.2	014 Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros eventos	R\$ 15.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 46.000,00
I.3.1.3	015 Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 110.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 210.000,00
Subtotal Componente I		R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00
					100,0%

Componente II - Racionalização dos usos e conservação de solo e água						
		2018	2019	2020	Subtotal	% do total
II.1	Racionalização dos usos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.1	Controle de perdas no abastecimento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.1.1	016 Elaboração de estudos para redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.1.2	Aumento da eficiência do uso da água na irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.2.1	017 Treinamento e capacitação de irrigantes sobre manejo adequado da água e técnicas de irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.1.2.2	018 Estudos para modernização dos perímetros de irrigação do Gorutuba, Estreito e Cova da Mandioca	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.2	Conservação de solo e água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.2.1	Recuperação de áreas degradadas inclusive em Unidades de Conservação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.2.1.1	019 Estudos para implantação de projetos de "produção de água"	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
II.2.1.2	020 Elaboração de diagnósticos, estudos e projetos visando a recuperação de áreas degradadas e a conservação e manejo adequado do solo em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Subtotal Componente II		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%

Componente III - Incremento da oferta hídrica e saneamento						
		2018	2019	2020	Subtotal	% do total
III.1	Saneamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.1	Apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.1.1	021 Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.1.2	Ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.2.1	022 Elaboração de estudos de concepção e projetos básicos de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.1.2.2	023 Implantação de cisternas para armazenamento da água da chuva em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.1.3	Controle de poluição industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.3.1	024 Estudos para avaliação da carga poluidora industrial na bacia com impacto nos recursos hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2	Incremento da oferta de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.1	Regularização de vazões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.1.1	025 Elaboração de estudo sobre barramentos e regularização de vazões na bacia hidrográfica do Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2.2	Transposição de vazão entre bacias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.2.1	026 Implementacao de acoes para viabilizacao da transposição de vazões via sistema Congonhas-Juramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2.2.2	027 Elaboração de estudos para subsidiar a viabilidade da transposição de vazões via projeto Jaíba	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
III.2.3	Ampliação da segurança hídrica no meio rural	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.3.1	028 Implantação de projetos hidroambientais em áreas previamente selecionadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Subtotal Componente III		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%

Componente IV - Gestão de águas subterrâneas						
IV.1	Comportamento dos aquíferos e monitoramento piezométrico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
IV.1.1	Aquíferos granulares fissurados e cárstico-fissurados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
IV.1.1.1	029 Elaboração de estudos para definição da rede de monitoramento de águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
IV.1.1.2	030 Fiscalização da rede de águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Subtotal Componente IV		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
TOTAL (Componentes I, II, III e IV)		R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%

Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros eventos

XXIX Reunião Plenária Ordinária do CBHVG

No dia 24 de abril de 2018, reuniram-se no Auditório da sede do DNOCS, em Montes Claros/MG, os membros do CBHVG para participarem da 29ª Reunião Plenária Ordinária do CBHVG. Na Plenária, além dos informes da secretaria sobre a Participação do CBH Verde Grande no 8º Fórum Mundial da Água, foi apresentado aos presentes o Contrato de Gestão ANA 083/2017, com destaque para sua forma de atuação e de acompanhamento, bem como as obrigações das partes envolvidas. Outros assuntos abordados na reunião foram: Acompanhamento do Marco Regulatório do Rio Verde Grande, Audiência Pública sobre a Fazenda Santa Mônica/Santa Terezinha, Alocação de Água na Bacia, bem como diversos pontos aprovados em deliberações.

XXX Reunião Plenária Ordinária do CBHVG

No dia 06 de novembro de 2018, os membros do CBHVG reuniram-se no auditório da Câmara Municipal de Jaíba/MG, para participarem da XXX Plenária Ordinária do CBHVG.

Na reunião foram feitos os seguintes informes: I Seminário ANA/CPRM sobre “Estudo Gestão de Águas Superficiais e Subterrâneas”, ocorrido em setembro em Jaíba; Reunião da Comissão Gestora Gorutuba e Informações sobre o Processo Eleitoral para nomeação da Nova Diretoria, que ocorreu em reunião extraordinária no dia 05 de dezembro. Ademais, houve a Apresentação e Entrega Oficial dos Planos de Saneamento Básico dos municípios de Jaíba, Matias Cardoso, Ponto Chique e São Romão, com participação de membros do CBH São Francisco e da GESOIS (Instituto de Gestão de Políticas Sociais). Um representante da ANA trouxe ainda resultados e soluções preliminares inerentes aos “Sumidouros cársticos do rio Verde Grande: implicações regulatórias e medidas mitigadoras”.

Também foram abordados outros assuntos como alteração de membros da Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão – CACG, alteração de membros da Câmara Técnica Consultiva – CTC, Plano de Aplicação Plurianual – PAP 2018-2020 e Agenda “Calendário Reuniões 2019, bem como decisão dos municípios quanto a solução apresentada pela ANA.





Figura 2 - Fotos da Reunião Plenária (Acervo CBHVG, 2018)

Reuniões Plenárias Extraordinárias do CBHVG

No dia 05 de dezembro de 2018, os membros do CBHSF reuniram-se no auditório da FIEMG em Montes Claros/MG, para participarem de duas reuniões plenárias convocadas em caráter extraordinário.

A primeira reunião extraordinária que teve início às 08h30min foi marcada pela condução do Processo Eleitoral da Nova Diretoria, em que a única chapa inscrita foi eleita por unanimidade pelo plenário, ocorrendo imediatamente a seguir a cerimônia de posse dos novos membros da Diretoria do CBH Verde Grande.

Na segunda reunião, foram feitos os informes sobre a Participação do CBH Verde Grande e representantes da CPRM na Semana Interna de Prevenção de Acidentes e Meio Ambiente (SIPATMA) da ALPARGATAS S/A e Realização da XXXV Reunião Plenária Ordinária e XXI Reunião Plenária Extraordinária do CBH São Francisco, nos dias 06 e 07 de dezembro de 2018, no Auditório do Hotel Dubai Suítes, localizado na Rua Tupiniquins, 55, Bairro Melo, em Montes Claros/MG.

Após os informes, um representante da ANA explanou sobre “Estudos para implementação da gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas na bacia hidrográfica do rio São Francisco: bacia do rio Verde Grande”.



Figura 3 - Foto da Reunião Plenária (Acervo CBHVG, 2018)

Participação do CBH Verde Grande em eventos externos e reuniões diversas

I Seminário sobre ANA/CPRM

No dia 25 de setembro de 2018, diversos membros do CBH Verde Grande participaram do seminário que ocorreu na Câmara Municipal de Jaíba/MG e que teve como objetivo a apresentação de um estudo a longo prazo realizado pela ANA em parceria com a CPRM (Serviços Geológicos do Brasil), intitulado “Estudos para a implementação da gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas na bacia hidrográfica do rio São Francisco: sub-bacias dos rios Verde Grande e Carinhonha”. O projeto está sendo realizado em duas áreas piloto na bacia do rio Verde Grande: Vieira e Jaíba-Salobro e está incluso na Agenda de Águas Subterrâneas (2008), dentro da qual está o Plano Nacional de Águas Subterrâneas (PNAS) da ANA.



Figura 4 - Imagens do I Seminário ANA/CPRM realizado em Jaíba/MG (Acervo CBHVG, 2018).

Reunião Pública Enchentes do Rio São Francisco

No dia 24 de outubro de 2018, membros do CBH Verde Grande participaram da Reunião Pública Enchentes do Rio São Francisco, realizada em Pirapora/MG. O evento foi realizado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) e a Câmara Consultiva Regional do Alto São Francisco (CCR Alto SF), em parceria com o Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Defesa Civil, Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Agência Nacional de Águas (ANA), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco (AMMESF). O objetivo do encontro foi trazer à discussão é apresentar à população as áreas inundáveis do Rio São Francisco e as ações para enfrentamento das cheias.



Figura 5 - Participação do CBHVG na Reunião Pública Enchentes do Rio São Francisco realizada em Pirapora/MG (Acervo CBHVG, 2018)

Reunião sobre intervenção hidroambiental no Córrego Escuro

No dia 05 de novembro de 2018, membros da diretoria do Comitê juntamente com representantes da Agência Peixe Vivo, da Polícia de Meio Ambiente e do Instituto Estadual de Florestas – IEF/Jaíba participaram de uma reunião convocada pelo presidente e demais membros da ONG Amigos do Rio Verde. A reunião ocorreu na Câmara de Jaíba e teve como objetivo principal discutir e nortear ações que promovam a melhoria hidroambiental na região Córrego Escuro, um importante afluente da margem esquerda do rio Verde Grande localizado entre os municípios de Verdelândia e Jaíba. Moradores da sub-bacia do Córrego Escuro relatam que o aumento da atividade de irrigação na região contribuiu para redução significativa da vazão do córrego ao longo dos últimos dez anos.

Após a reunião, os participantes aproveitaram para fazer uma visita a campo na região dos sumidouros cársticos no rio Verde Grande.



Figura 6 - Participação do CBHVG em Reunião com ONG Amigos do Rio Verde, em Jaíba/MG (Acervo CBHVG, 2018)

Nesta mesma data foi feita uma visita técnica na região dos sumidouros cársticos.

Semana Interna de Prevenção de Acidentes e Meio Ambiente da ALPARGATAS S/A

No dia 21 de novembro de 2018 membros do CBH Verde Grande juntamente com representantes da CPRM, participaram da Semana Interna de Prevenção de Acidentes e Meio Ambiente da ALPARGATAS S/A (SIPATMA), na cidade de Montes Claros/MG. O evento teve como objetivo apresentar aos colaboradores da empresa: O que é o Comitê de Bacia Hidrográfica? Como ele atua? Quem pode participar? Ao mesmo tempo, fez-se uma sensibilização sobre a importância da preservação dos cursos d'água, o uso racional de água, a gestão de águas no Brasil e a crise hídrica do norte de Minas.



Figura 7 - Participação na SIPATMA da ALPARGATAS S/A, em Montes Claros-MG (Acervo CBHVG, 2018)

Reunião de Articulação do Programa Produtor de Água

No dia 30 de novembro de 2018, o presidente do CBHVG, Dirceu Colares, uma representante da Agência Peixe Vivo e representantes do Instituto Estadual de Florestas Regional Norte, reuniram-se na sede do IEF - Regional Norte, em Montes Claros/MG com o objetivo de articularem a adesão de instituições parceiras com vistas à implementação do Programa Produtor de Água na bacia do rio Verde Grande.



Figura 8 - Participação do CBH Verde Grande com IEF- Regional Norte, em Montes Claros-MG (Acervo CBHVG, 2018)

Reunião Apresentação do Programa Produtor de Água

No dia 04 de dezembro de 2018, no auditório da Fundação SICOOB Credinor, em Montes Claros/MG membros do CBH Verde Grande, representantes da Fundação SICOOB Credinor e representantes de diversas instituições, tais como ANA, CODEVASF, DNOCS, IDENE, COPASA, CEMIG, SEBRAE, SENAR, Sociedade Rural, dentre outras, reuniram-se para discutir diretrizes de implementação do Programa Produtor de Água na bacia do rio Verde Grande. O encontro iniciou-se com um representante da ANA trazendo um panorama geral sobre o Programa: Como funciona? Quais os atores envolvidos e seus papéis? Quais os benefícios? Quais os procedimentos a serem seguidos? E, logo após, a representante do IEF apresentou o “Programa Águas do Sertão”: Gestão Ambiental territorial para o uso sustentável do sertão Norte Mineiro – IEF/MG, o qual desenvolve projetos ações de restauração e conservação em áreas prioritárias da cabeceira (jusante) na bacia do rio Verde Grande.



Figura 9 - Realização de reunião sobre Programa Produtor de Água: uma parceria entre o CBH Verde Grande e a Fundação SICOOB Credinor, em Montes Claros-MG (Acervo CBHVG, 2018)

Reuniões das Câmaras Técnicas

CTC- Câmara Técnica Consultiva

Tabela 3 - Reuniões CTC – Exercício 2018

CT	Data	Local	Principais Pontos de Pauta
CTC	18 de maio de 2018	Montes Claros/MG	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação de ata da reunião anterior; - Marco Regulatório do Rio Verde Grande - Wilde Gontijo SRE/ANA; - Deliberação nº 063/2018 - Wilde Gontijo SRE/ANA, João Damásio/CBHVG, que dispõe sobre a obrigatoriedade do instrumento de outorga para qualquer retirada de água da bacia; - Informações sobre o estrutura e organização da Câmara Técnica Consultiva (CTC): atribuições, regras de funcionamento e composição (Deliberações nº 28/2009 e 57/2016); função/pareceres; composição, necessária assiduidade, participação e justificativa de ausências; vacância, desligamentos, substituições.
	02 de agosto	Montes Claros/MG	<ul style="list-style-type: none"> - Debate da minuta do Manual Operativo Operacional (MOP): plano operacional que estabelece um conjunto de ações prioritárias contidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia.
	12 de setembro	Montes Claros/MG	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação da reunião anterior realizada no dia 02/08/2018; - Avaliação da proposta do Plano de Aplicação Anual (PAP) 2018-2020; - Avaliação da minuta de Deliberação que aprova o PAP 2018-20

Reuniões de Grupos De Trabalho

GACG - Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão

Tabela 4 - Reuniões GACG - Exercício 2018

GACG	Data	Local	Principais pontos de Pauta
GACG	03 de agosto	Montes Claros/MG	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação e avaliação das atividades previstas no Contrato de Gestão 083/2017.

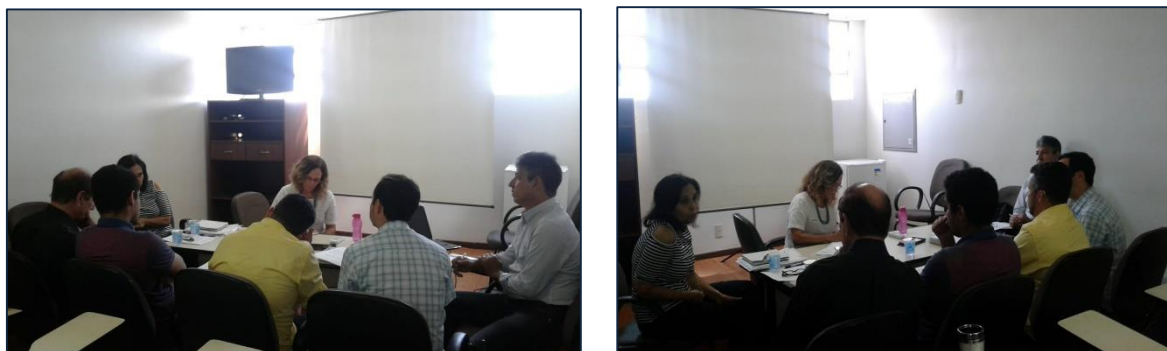


Figura 10 - Imagens da reunião do GACG, realizada em Montes Claros/MG (Acervo CBHVG, 2018).

CGG – Comissão Gestora Gorutuba

Tabela 5 - Reuniões Comissão Gestora Gorutuba – CGG – Exercício 2018

CGG	Data	Local	Principais pontos de Pauta
CGG	25 de outubro	Nova Porteirinha/MG	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; - Ações da CODEVASF em recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Gorutuba; - Apresentação do Plano de Ação Emergencial da Barragem de Rejeitos de Riacho dos Machados; - Apresentação de ensaios laboratoriais sobre a qualidade da água do rio Gorutuba.



Figura 11 - Imagens da reunião da CGG, realizada em Nova Porteirinha/MG (Acervo CBHVG, 2018).

Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande

A contratação do referido Plano Continuado de Educação, Mobilização Social e Comunicação do CBH Verde Grande deveria ser realizada com os recursos da cobrança na rubrica 92,5%, mas por esse recurso ainda não ser suficiente, a Agência Peixe Vivo propôs à SAS/ANA a utilização de parcela do recurso adicional (fonte 183) para a contratação de empresa especializada. Após o Plano elaborado a sua manutenção seria executada com os recursos da cobrança, conforme previsão no PAP 2018-2020.

Para que fosse possível a utilização dos recursos da fonte 183 para a elaboração do referido Plano, teria que ser feito um Termo Aditivo ao CG nº 083/2017. Após conversações com a equipe da SAS, foi enviado em 11/08/2018 por e-mail uma minuta do TA. Em 14/08/2018 a Agência Peixe Vivo respondeu por e-mail da SAS apresentando as suas sugestões, conforme documentos abaixo.

ENC: Minutas: 1º Termo Aditivo e Programa de Trabalho - Contrato nº 083/2017/ANA - CBH Verde Grande - Mensagem (HTML)

quarta-feira, 14 de agosto de 2018 11:00

Celia <dg@agbpeixevivo.org.br>

ENC: Minutas: 1º Termo Aditivo e Programa de Trabalho - Contrato nº 083/2017/ANA - CBH Verde Grande

Para: rubia.mansur@agbpeixevivo.org.br

Categoria Vermelha

Mensagem 1º TA CG Nº083-2017-ANA-VERDE GRANDE_v1-sugestao Agencia Peixe vivo.docx (58 KB)

Enviada em: terça-feira, 14 de agosto de 2018 11:00
Para: Tânia Regina Dias da Silva; 'dg@agbpeixevivo.org.br'; 'di@agbpeixevivo.org.br'; Berenice Coutinho M. dos Santos ('daf@agbpeixevivo.org.br')
Cc: Volney Zanardi Junior; 'Grace Benfina Matos'; Paulo Celso Maistro Spolidório
Assunto: RES: Minutas: 1º Termo Aditivo e Programa de Trabalho - Contrato nº 083/2017/ANA - CBH Verde Grande

Prezados,


Encaminho em anexo as minutas do 1º TA CG ANA VERDE GRANDE e Programa de Trabalho com as sugestões da Agência Peixe Vivo.

As nossas sugestões são:

- alteração na denominação da Agência Peixe Vivo, tendo em vista a alteração no estatuto social, conforme documento anexo
- no indicador 1, as metas para o ano de 2018 ficam zeradas, considerando que estas estão diretamente vinculadas à contratação do Plano de Comunicação, atividade finalística que deveria ser realizada com os recursos dos 92,5% da cobrança e como não houve arrecadação suficiente para a efetivação da contratação, a meta ficará prejudicada. A contratação do Plano de Comunicação será realizada com os recursos adicionais (fonte 083), após aprovação do aditivo e autorização da SAS/ANA, acreditamos que este processo deverá ser concluído somente no final do ano.
- no caso do indicador 4, que tem como meta a aplicação de pesquisa sobre o desempenho da ED, sugerimos a manutenção da meta para 2018, desde que o questionário que será elaborado pela ANA não contenha questões relacionadas à disponibilização/ transparência de informações por estarem diretamente vinculadas ao Plano de Comunicação (site, informativos, etc).

No mais concordamos com as proposições apresentadas pela SAS/ANA.

Att,

 **CÉLIA MARIA BRANDÃO FRÖES**
 Diretora Geral
 (31) 3207 8500 | www.agenciapeixevivo.org.br

De: Tânia Regina Dias da Silva [mailto:taniad@ana.gov.br]
Enviada em: segunda-feira, 13 de agosto de 2018 15:54
Para: dg@agbpeixevivo.org.br
Cc: Volney Zanardi Junior; Grace Benfina Matos; Paulo Celso Maistro Spolidório
Assunto: Minutas: 1º Termo Aditivo e Programa de Trabalho - Contrato nº 083/2017/ANA - CBH Verde Grande

Prezada Célia

Encaminhamos o 1º Termo Aditivo e o Programa de Trabalho (minutas) do Contrato nº 083/2017/ANA para as observações pertinentes, conforme ficou acordado na reunião realizada no dia 10/08/2018, na sede da AGB Peixe Vivo. Aguardamos o retorno.

Att,

Tânia Regina Dias Silva
 Coordenação de Instâncias Colegiadas do SINGREH
 Superintendência de Apoio ao SINGREH (SAS)
 AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS- www.ana.gov.br

**MINUTA**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2017/ANA – CONTRATO DE GESTÃO, CELEBRADO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA E A AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA/PEIXE VIVO – AGÊNCIA PEIXE VIVO ASSOCIAÇÃO EXECUTIVA DE APOIO À GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS – PEIXE VIVO – AGB, COM A INTERVENIÊNCIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE – CBH VERDE GRANDE, PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE AGÊNCIA DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE.

A AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA, CNPJ nº 04.204.444/0001-08, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, Christiane Dias Ferreira, brasileira, casada, advogada, identidade nº 18475, expedida pela OAB/DF, CPF nº 692.577.951-87, domiciliada em Brasília/DF, e a AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA/PEIXE VIVO – AGÊNCIA PEIXE VIVO, CNPJ nº 09.226.288/0001-91, neste ato representada por sua Diretora-Geral, Célia Maria Brandão Fraes, já qualificada no contrato original, com a interveniência do COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE – CBH VERDE GRANDE, , neste ato representado por seu Presidente, Dirceu Colares de Araújo Moreira, também já qualificado no contrato original, resolvem celebrar este Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 083/2017/ANA – Contrato de Gestão, em conformidade dos elementos constantes do Processo Administrativo ANA nº 02501.002465/2017-36 e mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem por objeto alterar a redação das Cláusulas, Terceira e Quarta do Contrato nº 083/2017/ANA e também o Programa de Trabalho, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

As Cláusulas Terceira e Quarta do Contrato passam a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIA

Para a consecução do Programa de Trabalho:

I - A AGB PEIXE VIVO obriga-se a:

(...)

q) administrar os bens móveis a ela cedidos, diretamente pela ANA ou adquiridos com recursos orçamentários provenientes das receitas da cobrança pelos usos de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Verde Grande, para a consecução dos objetivos e metas previstos neste Contrato, seguindo os procedimentos da gestão patrimonial de inventário, controle e guarda desses bens, de acordo com as Resoluções da ANA que tratam especificamente sobre esse tema.”

“CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

(...)

Parágrafo primeiro. Adicionalmente a CONTRATANTE repassará a CONTRATADA o montante de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) que será destinado às despesas de custeio administrativo, condicionados a disponibilidade orçamentária e financeira nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, assim distribuído:

R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em 2017

R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais) em 2018

R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) em 2019

R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 2020

(...)

Parágrafo décimo. A aplicação dos recursos adicionais previstos no parágrafo anterior está orientada por Programa de Trabalho Específico, parte integrante do Anexo I, e objetivam contribuir para a implementação de ações destinadas ao aprimoramento da gestão de recursos hídricos na região, notadamente para:

- I. Elaboração de Manual Operativo do Plano de Bacia - Contratação de empresa especializada para elaborar um plano operacional que possa estabelecer, para um conjunto de ações prioritárias contidas no PRH Verde Grande: o roteiro e procedimentos, os requisitos, os estudos de base e os arranjos que se fazem necessários para efetivamente realizar cada respectiva ação;
- II. Incremento da oferta hídrica - Contratação de consultoria especializada para realização de estudos para verificar a melhor alternativa de incremento da oferta hídrica para atender as demandas de uso da água na bacia do Verde Grande, considerando as ações de regularização de vazões e transposição de vazões entre bacias apresentadas no PRH Verde Grande.

(...)

Parágrafo décimo sexto. Em caso de frustração de receita de arrecadação realizada na bacia, os recursos repassados no âmbito do parágrafo primeiro, assim como os respectivos rendimentos das aplicações financeiras, poderão ser destinados às despesas finalísticas enquadradas conforme Resolução ANA nº 2018, de 15 de dezembro de 2014, mediante justificativa fundamentada e submetida à ANA para fins de avaliação e aprovação.

Parágrafo décimo sétimo. A CONTRATANTE constituirá Grupo Técnico para acompanhar especificamente as ações constantes no PTE, GT Acompanhamento, por meio de Portaria da ANA, composto por técnicos das Superintendências envolvidas com a execução do PTE, Superintendência Planejamento (SPR) e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (SIP)."

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PROGRAMA DE TRABALHO (ANEXO I)

Para o Indicador 1 as metas 1A.18, previstas para o ano de 2018, ficam zeradas.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato.

Este Termo Aditivo foi transcrito, mediante extrato, no Livro Especial de Contratos da ANA nº 17, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.666, de 1993, e extraídas as cópias necessárias à sua execução.

Brasília, XX de agosto de 2018.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA
Diretora-Presidente da ANA

CÉLIA MARIA BRANDÃO FRÓES
Diretora Geral da Agência Peixe Vivo

DIRCEU COLARES DE ARAÚJO MOREIRA
Presidente do CBH VERDE GRANDE

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/2017/ANA

MINUTA
ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do CBHVG.
		1B. Elaboração e Distribuição de Boletim digital.
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. Plano de Aplicação Plurianual 2018-2020
		2B. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas.
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. Índice de desembolso anual.
		3B. Proposição de estratégia de integração para a Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande, visando a implementação coordenada de instrumentos de gestão em todas as unidades de gestão e dominialidades de recursos hídricos.
		3C. Atendimento ao usuário em cobrança
4	RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO COMITÊ	4A. Avaliação da Entidade Delegatária pelos membros do CBHVG

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/2017/ANA

INDICADOR 1 – DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	DETALHAMENTO
1A	CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO CBH VERDE GRANDE
	1) CBHVG: decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões. 2) Entidade Delegatária: resolução de delegação, estatuto e alterações, associados. 3) Legislação de Recursos Hídricos: leis e decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de MG e BA; portarias dos órgãos gestores estaduais; resoluções da ANA, do CNRH e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos que tenham pertinência com as atividades definidas no Plano de Recursos Hídricos da bacia, contrato de gestão, cadastro e cobrança. 4) Centro de Documentação: Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia. 5) Plano de Aplicação: Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança. 6) Cadastro de Usuários: relação dos usuários da bacia do rio Verde Grande em cobrança pela ANA e pelos órgãos gestores estaduais, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado. 7) Cobrança e Arrecadação: valores cobrados, arrecadados e transferidos à Entidade Delegatária e rendimentos financeiros anuais. 8) Contrato de Gestão: contrato e seus aditivos, relatórios de gestão, relatórios de avaliação e prestações de contas apresentadas. 9) Relatório semestral de custeio de viagens: relatório de discriminação de apoio de diárias, passagens e auxílio deslocamento concedidos a membros da Diretoria do CBHVG com recursos da União. 10) Alocação de Água nas Bacias do Rio Gorutuba (MG) e Estreito e Cova da Mandioca (BA). Divulgar boletins sobre ações de alocação de água na bacia hidrográfica do Rio Verde Grande.
1.B	ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE BOLETIM ELETRÔNICO
	Elaboração e divulgação de Boletim Eletrônico semestral

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/2017/ANA



AVALIAÇÃO		INDICADOR 1		NOTA FINAL (NF)
		1A	1B	
		PESO	PESO	
		6	4	
2017	META	0	0	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2018	META	0	0	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2019	META	10	2	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2020	META	10	2	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			



FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 1, será atribuído um ponto para cada um dos dez itens descritos no detalhamento do indicador 1A. Para o indicador 1B serão atribuídos 1 ponto para cada Boletim divulgado.
$NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/2017/ANA

INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
2	PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL	<p>Para o exercício 2018 e 2020:</p> <p>2A. Elaboração do Plano de Aplicação Plurianual, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Componentes e subcomponentes priorizados no período, com alcance de metas para o período de três exercícios subsequentes, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas; ✓ Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada componente/subcomponente); e ✓ Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos. <p>Para os exercícios 2018 e subsequentes:</p> <p>2B. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificação do componente/subcomponente em que a ação se enquadra; ✓ Objeto e valor da ação; ✓ Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse) e financiamento; ✓ No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário; ✓ Código da ação no Plano de Aplicação Plurianual; ✓ Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto; ✓ Prazos médios de execução: andamento do cronograma físico-financeiro; e, ✓ Identificação dos principais atrasos e justificativas.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/2017/ANA

INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

AVALIAÇÃO		INDICADOR 2		NOTA FINAL (NF)
		2A	2B	
		PESO	PESO	
		5	5	
2017	META	0	0	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2018	META	1	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2019	META	0	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			
2020	META	1	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o Indicador 2A , será 1 (um) ponto para a elaboração da revisão do Plano de Aplicação Plurianual no exercício 2018 e 2020.
Para o Indicador 2B , será 1 (um) ponto para elaboração do Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança, conforme discriminado no detalhamento do indicador.
$NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/2017/ANA

INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
3A	ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	<p>Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA⁽¹⁾.</p> <p>Fórmula de cálculo $ID (\%) = (VD / VR) * 100$ Sendo: ID = Índice de Desembolso Anual, até o limite de 100% VD = valor desembolsado, em reais por ano; VR = valor repassado, em reais por ano.</p> <p>⁽¹⁾ valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de que trata os incisos I, III e V do art. 12º da Lei nº 9.433, de 1997.</p>
3B	PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE, VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO COORDENADA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO EM TODAS AS UNIDADES DE GESTÃO E DOMINIALIDADES DE RECURSOS HÍDRICOS	Elaboração de propostas de estratégia de integração da gestão com vistas a implementação coordenada dos instrumentos de gestão, notadamente planos de bacia, outorga e cobrança pelo uso de recursos hídricos
3C	ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	Fornecimento do serviço de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas, e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda à sexta-feira das 08h00 às 18h00 (exceto feriados).

AVALIAÇÃO		3A	3B	3C	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		6	3	1	
2017	META	0	0	0	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2018	META	25	1	12	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2019	META	50	0	12	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				
2020	META	75	0	12	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/2017/ANA

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
<p>Para o indicador 3A o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual – ID, conforme detalhamento do indicador.</p> <p>Para o indicador 3B, será atribuído 1 ponto para a elaboração de proposta, conforme descrito no detalhamento do quadro do indicador 3, devendo a proposta de estratégia de implementação dos instrumentos de gestão abordar inclusive aspectos da gestão de recursos hídricos nas bacias afluentes estaduais, abrangendo os estados da Bahia e Minas Gerais.</p> <p>Para o indicador 3C será atribuído 1 ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário. Será utilizado o mesmo 0800 criado para atender ao CBHSF</p>
$NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/2017/ANA

INDICADOR 4 – RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO COMITÊ



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
4A	RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO COMITÊ	<p>Aplicação de avaliação anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições, por meio de formulário específico, elaborado a partir de formulário padrão desenvolvido pela ANA. A ANA irá aplicar o formulário e avaliar os seus resultados, tendo por foco:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumprimento do contrato de gestão; ✓ Ações tomadas com vista a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia; e ✓ Atuação como secretária executiva do CBH Verde Grande.



AVALIAÇÃO		INDICADOR 4A	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		1	
2017	META	0	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2018	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2019	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		
2020	META	10	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 4A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez).
$NP = 10 * \text{RESULTADO} / \text{META}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/2017/ANA

PLANILHA DE AVALIAÇÃO

INDICADORES		PESO	NOTA FINAL	NOTA GERAL	CONCEITO GERAL	FÓRMULA	
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	2				NOTA GERAL = $\sum NF \cdot PESO / \sum PESO$	
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	3				CONCEITOS	
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3				ÓTIMO $NG \geq 9$	BOM $7 \leq NG < 9$
4	RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO CBH VERDE GRANDE	2				REGULAR $5 \leq NG < 7$	INSUFICIENTE $NG < 5$

NOTAS	LEGENDA
NP	NOTA PARCIAL
NF	NOTA FINAL
NG	NOTA GERAL

Durante a reunião realizada junto à Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CBH Verde Grande, no dia 12 de setembro de 2018, na cidade de Montes Claros, e também durante a Reunião Plenária Ordinária, ocorrida no dia 06 de novembro de 2018, na cidade de Jaíba, os membros do Comitê, dentre os demais presentes, foram esclarecidos sobre a importância das atividades de mobilização e comunicação para garantir a visibilidade do Comitê e as ações desempenhadas por ele, frente às demandas da bacia e do seu entorno. Para garantir a efetividade deste processo, no ano de 2019, após a assinatura do TA, deverá iniciado processo licitatório para a contratação de empresa de comunicação que ficará responsável pela elaboração do Plano de comunicação.

O Termo Aditivo ainda está em análise pela SAS/ANA.

PROGRAMA DE TRABALHO ESPECÍFICO (PTE)

Para apoiar a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Verde Grande, além do valor arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia (fonte 116), a ANA repassou, **adicionalmente**, à Agência Peixe Vivo o montante de R\$ 1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil reais), proveniente da Fonte 0183, condicionado à execução de um Programa de Trabalho Específico (PTE).

O Programa de Trabalho Específico, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 083/2017/ANA, tem como objetivo contribuir para a implementação de ações destinadas ao aprimoramento da gestão de recursos hídricos na região da bacia hidrográfica do rio Verde Grande e prevê a contratação dos seguintes projetos: i) Elaboração do Manual Operativo do Plano de Bacia (MOP); ii) Estudos para incremento da oferta hídrica.

Elaboração do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande (MOP – PRH Verde Grande)

O Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos (MOP) se constitui em um plano operacional que estabelece para um conjunto de ações prioritárias contidas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia: o roteiro e procedimentos, os requisitos, os estudos de base e os arranjos institucionais que se fazem necessários para efetivamente realizar cada ação proposta no Plano (ANA, 2016).

O MOP tem como objetivo servir ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande e aos órgãos gestores de recursos hídricos da União e dos estados de Minas Gerais e da Bahia como um manual, a fim de viabilizar as ações ora propostas e acordadas no Plano de Recursos Hídricos da Bacia. Deverá, portanto, orientar a forma de atuação do CBH Verde Grande e dos órgãos gestores de recursos hídricos no processo de transformação do que foi estabelecido no PRH Verde Grande em ações concretas e propor uma agenda detalhada a ser seguida pelos mesmos atores.

Os objetivos específicos do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande (MOP – PRH Verde Grande) são:

- ✓ Atualizar o balanço quali/quantitativo, a partir de dados disponibilizados pela ANA;
- ✓ Avaliar o estágio atual da implementação do PRH Verde Grande;
- ✓ Propor, a partir desta avaliação, uma nova estrutura de ações para o PRH Verde Grande, a qual poderá manter, extinguir ou incluir novos programas ou ações, em especial com foco em objetivos que visem o cumprimento do marco regulatório vigente e a capacidade de operação e manutenção da infraestrutura hídrica da bacia;
- ✓ Atualizar as previsões orçamentárias para a nova estrutura de Programas e Ações do PRH Verde Grande;
- ✓ Propor critérios para priorização das ações previstas no âmbito da nova estrutura de programas e ações do PRH Verde Grande;
- ✓ Avaliar a necessidade de elaboração ou alteração de normas vigentes (leis, decretos, resoluções, portarias, etc.) para permitir ou facilitar a implementação das intervenções e, se avaliadas como necessária, justificar e propor o conteúdo mínimo para sua elaboração e as instituições responsáveis pela sua edição;
- ✓ Avaliar a necessidade de celebração de acordos institucionais (pactos de gestão, marcos regulatórios, etc.) que permitam ou facilitem a implementação da intervenção e, se avaliados como necessários, justificar e propor o conteúdo mínimo para sua elaboração;
- ✓ Identificar e discriminar os pré-requisitos, técnicos, legais e/ou institucionais para acesso aos recursos nas fontes de financiamento indicadas;
- ✓ Identificar e discriminar a cadeia de comando e direção dos órgãos financiadores e/ou executores da intervenção, responsáveis por receber e dar seguimento à solicitação/demanda pela intervenção;
- ✓ Identificar e discriminar os atores políticos (dos poderes executivo e legislativo, principalmente) com potencial interesse, favorável ou contrário, sobre a intervenção, destacando-se os potenciais parceiros para articulação;
- ✓ Identificar estratégias para agendamento e participação de reuniões com as autoridades responsáveis pelo financiamento e/ou execução das intervenções (contatos prévios, participantes, material a ser elaborado para reunião, etc.); e
- ✓ Identificar estratégias para acompanhamento e divulgação do estágio de desenvolvimento das intervenções selecionadas e em efetiva implementação.

Para cumprimento do PTE, no que se refere à elaboração do MOP – PRH Verde Grande, no ano de 2018 a Agência Peixe Vivo, iniciou o processo de elaboração do Termo de Referência (TDR) para a contratação do serviço ora especificado. No dia 04 de maio de 2018, a minuta do TDR foi finalizada pela Agência Peixe Vivo e encaminhada para Agência Nacional de Águas. Ressalta-se que, conforme previsto no PTE, o prazo previsto para a elaboração do TDR era até junho/2018 e, portanto, **a Agência Peixe Vivo cumpriu o prazo estipulado.**

Após discussões entre representantes da Agência Peixe Vivo e da ANA, a minuta do Termo de Referência foi apresentada e aprovada pelos membros da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CBH Verde Grande, em reunião realizada no dia 02 de agosto de 2018 na sede do Comitê, em Montes Claros/MG.



Figura 12 - Imagens da reunião da CTC Verde Grande (Acervo CBH Verde Grande, 2018).

O processo de licitação para a contratação do MOP – PRH VERDE GRANDE, consolidado com a publicação do Ato Convocatório nº 001/2018 no site da Agência Peixe Vivo, ocorreu no dia 10 de agosto de 2018.

Após conclusão das fases de avaliação das propostas técnicas e de preço, a empresa HIDROBR CONSULTORIA LTDA. EPP foi declarada vencedora do certame, sendo o resultado homologado e adjudicado no dia 24 de janeiro de 2019. A empresa vencedora já foi contatada para a assinatura do Contrato e da Ordem de Serviço (O.S.), o que possivelmente ocorrerá até o princípio de fevereiro/2019.

A contratação da empresa HIDROBR CONSULTORIA LTDA. EPP utilizará os valores referentes aos recursos financeiros adicionais, provenientes da Fonte 0183, descritos na Cláusula Quarta, nos parágrafos nono e décimo do Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017.

A Tabela 6 apresenta as informações referentes à contratação da elaboração do MOP- PRH Verde Grande.

Tabela 6 - Elaboração do MOP - PRH Verde Grande

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA ELABORAR O MANUAL OPERATIVO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO VERDE GRANDE: MOP – PRH VERDE GRANDE	
Situação Geral da Contratação	
FONTE DO RECURSO (ANA)	0183
EMPRESA EXECUTORA	HIDROBR CONSULTORIA LTDA. EPP.
ATO CONVOCATÓRIO	001/2018
CONTRATO	Nº 001/2019
VALOR DO CONTRATO	R\$ 259.629,65
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO	JANEIRO/2019
DATA DE EMISSÃO DA O.S.	FEVEREIRO/2019
PRAZO CONTRATUAL	08 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DA O.S.
SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO	0%

Estudos para Incremento da Oferta Hídrica na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, considerando as Ações de Regularização e Transposição de Vazões entre Bacias, apresentadas em seu Plano de Recursos Hídricos

Conforme previsto no Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017 firmado entre a Agência Peixe Vivo e a ANA, a contratação de consultoria especializada para a realização de análise que permita sugerir com segurança a melhor alternativa de incremento da oferta hídrica para atender às demandas de uso da água na bacia do Rio Verde Grande, apresentada em seu Plano de Recursos Hídricos, está prevista como uma das ações do Programa de Trabalho Específico, que tem como objetivo contribuir para a implementação de ações destinadas ao aprimoramento da gestão de recursos hídricos na bacia.

Segundo o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (ANA, 2013), por conta (i) de acentuados déficits no balanço hídrico da Bacia face às demandas atuais e futuras; (ii) da dispersão das deficiências hídricas ao longo de seu território; e (iii) da variação pluviométrica ao longo da Bacia; levou-se em consideração a possibilidade de implantar novos barramentos, principalmente nas zonas de maior pluviosidade – Alto Verde Grande, Alto Gortuba e Alto Médio Verde Grande. No total, o Plano discute a possibilidade de se construir 14 barramentos em toda a Bacia, totalizando um investimento aproximado de R\$ 485 milhões (ano de referência de 2009) e uma vazão regularizada incremental equivalente a 1,53 m³/s.

Entretanto, ainda segundo o Plano (ANA, 2013), mesmo que se esgotadas as possibilidades de regularização de vazões por meio dos barramentos, o incremento na disponibilidade hídrica ainda é insuficiente frente às demandas atuais e futuras. Isso levou o Plano de Recursos Hídricos do Verde Grande a avaliar duas possibilidades de transposição de vazões para suprir as demandas da Bacia. A primeira, se baseando na construção de um barramento no rio Congonhas, localizado a sudeste da bacia do Verde Grande, e posterior adução de suas águas para suprir, sobretudo, demanda de abastecimento público de Montes Claros; e a segunda, utilizou-se do Projeto Jaíba, promovendo a adução de águas do município homônimo para a sua sede, e para as cidades de Verdelândia e Janaúba.

Nesse contexto o Plano de Trabalho Específico, firmado com a ANA, prevê a contratação de consultoria especializada para análise da melhor alternativa de incremento da oferta hídrica na Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande, considerando as ações de regularização e transposição de vazões entre bacias e, também, a identificação de possíveis áreas críticas, não consideradas no escopo de abrangência das intervenções descritas no PRH Verde Grande.

Para viabilizar a contratação do estudo, no dia 31 de outubro de 2018, a Diretoria Técnica da Agência Peixe Vivo encaminhou para a Agência Nacional de Águas uma minuta do Termo de Referência que norteará a contratação. Ressalta-se que, conforme previsto no PTE, o prazo previsto para a elaboração do TDR era até dezembro/2018 e, portanto, **a Agência Peixe Vivo cumpriu o prazo estipulado.**

A ANA apresentou suas contribuições iniciais no final de dezembro de 2018 e atualmente os técnicos da Agência Peixe Vivo e da ANA estão em contato frequente para a consolidação dos últimos ajustes e formatação final do Termo de Referência. Na sequência, o TDR será apresentado à CTC do CBH Verde Grande e, após aprovado, será iniciado o processo licitatório para a contratação do projeto, por meio da publicação do Ato Convocatório na página eletrônica da Agência Peixe Vivo. A previsão de publicação do referido Ato é fevereiro/2019.

Após a finalização do processo licitatório e a assinatura do Contrato e da Ordem de Serviço com a empresa vencedora, o prazo previsto para a finalização dos trabalhos é de 14 (quatorze) meses.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Manual Operativo de Recursos Hídricos da Unidade de Gestão de Recursos Hídricos Paranapanema**. Brasília: ANA, 2016. Disponível em < <http://www.paranapanema.org/plano/mop/>> Acesso em 24.04.2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande**. Brasília: ANA, 2013. 124 p.

SALDANHA, Carlos José. **Recursos Hídricos e Cidadania no Brasil: Limites, Alternativas e Desafios**. Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017



2018



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Agência Nacional de Águas - ANA

Agência Peixe Vivo

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2018

Contrato de Gestão nº083/ANA/2017

Belo Horizonte/MG

Janeiro / 2019

Ministério do Meio Ambiente – MMA

Agência Nacional de Águas – ANA

Agência Peixe Vivo

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU N° 063/2010, da DN TCU n° 139/2014 e da Portaria-TCU N° 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno.

Belo Horizonte/MG

Janeiro / 2019

Lista de Abreviações e Siglas

ANA	Agência Nacional de Águas
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CBHVG	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
CTC	Câmara Técnica Consultiva
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
DN	Deliberação Normativa
DOU	Diário Oficial da União
PAE	Programa de Ações Estratégicas
RG	Relatório de Gestão
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO	8
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO	10
DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PACTUADOS NO CG	10
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES	16
ANEXOS	25

Apêndice I – Plano de Aplicação Plurianual 2018/2020 – PAP 2018/2020

Apêndice II – Acompanhamentos das Ações

Apêndice III – Estratégia de Integração para a Bacia Hidrográfica do rio verde Grande

Lista de Figuras

FIGURA 1- ORGANOGRAMA GERAL DA AGÊNCIA PEIXE VIVO.....	9
--	---

Lista de Quadros

QUADRO 1 - PROGRAMA DE TRABALHO COM INDICADORES E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	11
QUADRO 2 - PESO E META DO INDICADOR 1.....	11
QUADRO 3 - DETALHAMENTO DO CONTEÚDO A SER DISPONIBILIZADO.....	12
QUADRO 4 - PESO E META DO INDICADOR 2.....	12
QUADRO 5 - DETALHAMENTO DO INDICADOR 2.....	13
QUADRO 6 - PESOS E METAS DO INDICADOR 3.....	14
QUADRO 7 - DETALHAMENTO PARA APURAÇÃO DE RESULTADOS DO INDICADOR 3.....	14
QUADRO 8 - PESO E META DO INDICADOR 4.....	15
QUADRO 9 - DETALHAMENTO PARA APURAÇÃO DE RESULTADOS DO INDICADOR 4.....	15

Lista de Tabelas

TABELA 1 - PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADOS DA META.....	17
TABELA 2 - REPASSES EM 2018.....	18
TABELA 3 - PROCEDIMENTOS DE APURAÇÃO DE RESULTADO DA META.....	19
TABELA 4 - REPASSES DO CONTRATO DE GESTÃO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018.....	19
TABELA 5 - DESEMPENHO DA AGÊNCIA EM RELAÇÃO A META CONTRATUAL (%).....	20
TABELA 6 - RELATÓRIO SOBRE ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA.....	20
TABELA 7 - NOTAS ATRIBUÍDAS POR QUESTÃO, COM MÉDIAS PARCIAIS E TOTAL.....	23

APRESENTAÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Agência Peixe Vivo, durante o exercício de 2018, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017, bem como as respectivas Instruções Normativas do Tribunal de Contas da União - TCU.

Os documentos apresentados têm a função de prestar informações de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, organizados para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da execução das Metas do Contrato de Gestão mencionado.

A Agência Peixe Vivo é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, composta por empresas usuárias de recursos hídricos e organizações da sociedade civil, tendo como objetivo a execução da Política de Recursos Hídricos deliberada pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

A Agência Peixe Vivo, criada em 15 de setembro de 2006 e equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica (denominação das Agências de Água dada pelo Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999), por solicitação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas é composta por Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Atualmente a Agência Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Bacia para dois comitês estaduais mineiros e dois federais, sendo:

- CBH Velhas: Deliberação CERH-MG nº 56, de 18 de julho de 2007, prorrogada em 08 de dezembro de 2017.
- CBH Pará: Deliberação CERH-MG nº 343, de 19 de dezembro de 2013.
- CBHSF: Resolução CNRH nº 114, de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2010. Prorrogada pela Resolução CNRH nº 170 de 23 de setembro de 2015. Indicação da Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Águas do CBHSF foi renovada através da DN CBHSF nº 84, de 21 de maio de 2015.
- CBH Verde Grande: Resolução CNRH nº 187, de 7 de dezembro de 2016.

O Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017 foi celebrado em 29 de dezembro de 2017 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e Agência Peixe Vivo, entidade delegatária, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, para o exercício de funções de Agência de Água, publicado no D.O.U em 29 de janeiro de 2018.

DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

NOME

Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo (Agência Peixe Vivo).

CNPJ

09.226.288/0001-91

NATUREZA JURÍDICA

Entidade Delegatária de funções de agência de água, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 15 de setembro de 2006, com duração por tempo indeterminado, regendo-se pelas Legislações Federais, Estaduais e demais deliberações dos comitês de bacia hidrográfica para os quais atua como Entidade Delegatária ou Equiparada.

VINCULAÇÃO

Agência Nacional de Águas - ANA (Contrato de Gestão N° 083/ANA/2017, publicado no D.O.U de 29/01/2018).

ENDEREÇO

Com Sede e Foro no Município de Belo Horizonte a Rua dos Carijós, n° 166, 5° andar, Centro, CEP: 30.120-060 e Telefone (31) 3207.8500.

CÓDIGO SIAFI

Não aplicável.

NORMA DE CRIAÇÃO E FINALIDADE

Estatuto Social - Data: 28/11/2006

Estatuto Social - 1° Alteração. Data: 25/04/2007

Estatuto Social - 2° Alteração. Data: 14/11/2007

Estatuto Social - 3° Alteração. Data: 05/12/2008

Estatuto Social - 4° Alteração. Data: 04/12/2009

Estatuto Social - 5° Alteração. Data: 01/07/2010

Estatuto Social - 6° Alteração. Data: 12/12/2011

Estatuto Social - 7° Alteração. Data: 30/10/2017

REGIME FUNCIONAL

Regime Trabalhista - CLT.

Endereço da Página Institucional na Internet

<http://www.agenciapeixevivo.org.br>

E-mail institucional: agbpeixevivo@agbpeixevivo.org.br

Organograma Funcional da Agência Peixe Vivo

A Agência Peixe Vivo se encontra organizada, conforme mostrado na **Figura 1**, pelos seguintes organismos:

Assembleia Geral - órgão soberano da Agência Peixe Vivo, constituída por empresas usuárias de recursos hídricos e por organizações da sociedade civil.

Conselho Fiscal - órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Agência Peixe Vivo.

Conselho de Administração - órgão de deliberação superior da Agência Peixe Vivo define as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias, orientando a Diretoria Executiva no cumprimento de suas atribuições.

Diretoria Executiva - órgão executor das ações da Agência Peixe Vivo.

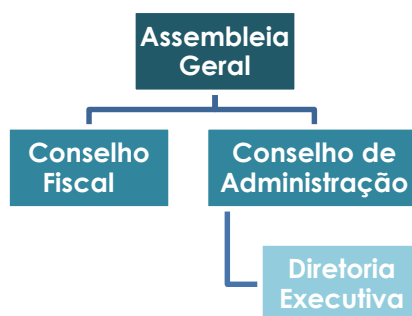
ORGANOGRAMA AGÊNCIA PEIXE VIVO

Figura 1- Organograma geral da Agência Peixe Vivo

Corpo Diretivo da Agência Peixe Vivo**Conselho de Administração**

Presidente – Odorico Pereira de Araújo

Vice-Presidente – Luiz Cláudio de Castro Figueiredo

Conselho Fiscal

Presidente – João Carlos de Melo

Diretoria Geral

Diretora Geral – Célia Fróes

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

Instrumento Legal: Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017

Objeto: Alcance, pela Agência Peixe Vivo, das metas constantes no Programa de Trabalho detalhado no Anexo I do instrumento contratual, no exercício de funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

Funcional Programática: 18.544.2026.20WI.0009

Fonte: 0183

Natureza da Despesa: 33.50.41

UGR: 443014-SAS

Nota de empenho estimativo: 2017NE000587, de 5 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais) em 2018;

R\$ 340.000,00 (trezentos e trinta mil reais) em 2019

R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) em 2020

Funcional Programática: 18.544.2084.20WI.0009

Fonte: 0183

Natureza da Despesa: 33.50.41

UGR: 443014-SAS

Nota de empenho estimativo: 2017NE000587, de 5 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um mil quinhentos reais).

DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PACTUADOS NO CG

O Programa de Trabalho, anexo ao Contrato de Gestão, compreende um conjunto de metas a serem alcançadas, cujos resultados são mensurados por meio de indicadores de desempenho.

No **Quadro 1** é apresentado o Programa de Trabalho do Contrato de Gestão com a Entidade Delegatária para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, com seus indicadores e respectivos critérios de avaliação.

Quadro 1 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO CBHVG
		1B. ELABORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BOLETIM DIGITAL
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL 2018 - 2020
		2B. RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL
		3B. PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO PARA A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE VISANDO A IMPLEMENTAÇÃO COORDENADA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO EM TODAS AS UNIDADES DE GESTÃO E DOMINIALIDADES DE RECURSOS HÍDRICOS
		3C. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA
4	RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO COMITÊ	4. AVALIAÇÃO DA ENTIDADE DELEGATÁRIA PELOS MEMBROS DO CBHVG

Comprometimento de Metas - Exercício 2018

Apresenta-se a seguir o detalhamento dos indicadores das metas pactuadas e os procedimentos de apuração de resultados.

Indicador 1 - Disponibilização de Informações.

Nos Quadros 2 e 3 são apresentados, respectivamente, o peso relativo à meta e o detalhamento das mesmas.

Quadro 2 - Peso e meta do Indicador 1

AVALIAÇÃO		INDICADOR 1		NOTA FINAL (NF)
		1 A	1B	
		PESO	PESO	
		6	4	
2018	META	10	2	
	RESULTADO	0	0	
	NOTA			

--	--	--	--	--

Quadro 3 - Detalhamento do conteúdo a ser disponibilizado

META 1A. Detalhamento do conteúdo a ser disponibilizado	
CBHSF	Decreto de criação, Regimento Interno e suas alterações, Composição, Deliberações, Moções e Atas das reuniões.
Entidade Delegatária	Resolução de Delegação, Estatuto e suas alterações, associados.
Legislação de Recursos Hídricos	Leis e Decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de MG, BA, DF, GO, AL, SE, PE; portarias dos órgãos gestores estaduais; resoluções da ANA, do CNRH e dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos que tenham pertinência com as atividades definidas no Plano de Recursos Hídricos da bacia, contrato e gestão, cadastro e cobrança.
Centro de Documentação	Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a bacia.
Plano de Aplicação	Relatório Anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança.
Cadastro de Usuários	Relação dos usuários da bacia do rio São Francisco em cobrança pela ANA e pelos órgãos gestores estaduais, exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.
Cobrança e arrecadação	Valores cobrados, arrecadados e transferidos à entidade delegatária e os rendimentos financeiros anuais.
Contrato de Gestão	Contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.
Relatório semestral de custeio de viagens	Relatório de discriminação de apoio de diárias, passagens e auxílio deslocamento concedidos a membros da Diretoria do CBHSF com recursos da União.
META 1B – Publicação e distribuição de publicações digitais e Impressas	
Elaboração e distribuição de Boletim Eletrônico semestral	

Indicador 2 - Planejamento e Gestão

Nos Quadros 4 e 5 são apresentados, respectivamente, o peso relativo à meta e o detalhamento do conteúdo do Plano de Aplicação Plurianual.

Quadro 4 - Peso e meta do Indicador 2

AVALIAÇÃO	INDICADOR 2	NOTA FINAL (NF)
-----------	-------------	-----------------

		2A	2B	
		PESO	PESO	
		5	5	
2018	META	1	1	
	RESULTADO	1	1	
	NOTA			

Quadro 5 - Detalhamento do Indicador 2

DETALHAMENTO	
2. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL	<p>Para os exercícios de 2018 e 2020:</p> <p>2A. Elaboração do Plano de Aplicação Plurianual, contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Componentes e subcomponentes priorizados no período, com alcance de metas para o período de três exercícios subsequentes, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas; ✓ Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada componente/subcomponente); e ✓ Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos. <p>Para os exercícios 2018 e subsequentes:</p> <p>2B. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificação do componente/subcomponente em que a ação se enquadra; ✓ Objeto e valor da ação; ✓ Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse) e financiamento; ✓ No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário; ✓ Código da ação no Plano de Aplicação Plurianual; ✓ Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto; ✓ Prazos médios de execução: andamento do cronograma físico-financeiro; e,

✓ Identificação dos principais atrasos e justificativas.

Indicador 3 - Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

Nos Quadros 6 e 7 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos às metas e o detalhamento para apuração dos resultados do Indicador 3.

Quadro 6 - Pesos e metas do Indicador 3

AVALIAÇÃO		3A. ÍNDICE DE DESEMBOLSO ANUAL (%)	3B. PROPOSIÇÃO INTEGRAÇÃO BACIA DO RIO VERDE GRANDE	3C. ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		6	3	1	
2018	META	25	1	12	
	RESULTADO	21	1	12	
	NOTA				

Quadro 7 - Detalhamento para apuração de resultados do Indicador 3

DETALHAMENTO PARA APURAÇÃO DE RESULTADO	
3A. Índice de desembolso anual (%) Proporção (%) entre o valor desembolsado anual nesse Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração, e o valor anual repassado ela ANA ⁽¹⁾	
⁽¹⁾ Valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de que tratam os incisos I, III e V do art. 12 da Lei nº 9.433, de 1997.	
Fórmula de cálculo: $ID (\%) = (VD/VR) * 100$	
ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%	
VD = Valor desembolsado, em reais, por ano.	
VR = Valor repassado, em reais, por ano = Valor repassado, em reais por ano.	
3B. Proposição de estratégia de integração para a Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande visando à implementação coordenada de instrumentos de gestão em todas as unidades de gestão e dominialidades de recursos hídricos Boa parte do território da bacia hidrográfica do rio Verde Grande está localizada em região semiárida. O déficit hídrico constante faz com que a aplicação dos instrumentos gestão dos recursos hídricos se torne complexa e de difícil implementação. O relatório produzido elencou algumas estratégias com vistas à efetivação dos instrumentos de	

gestão de recursos hídricos, notadamente o plano diretor da bacia, os planos estaduais de recursos hídricos e a outorga do direito de uso dos recursos hídricos. Em suma, é proposta a realização de um workshop para integrar os diversos atores interessados, tais como, a ANA, o IGAM, o INEMA, o CBH Verde Grande, a Agência Peixe Vivo e os usuários de água.

3C. Atendimento ao Usuário em Cobrança

Fornecimento de serviços de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas, e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda a sexta-feira das 8 às 18h (exceto feriados). Deverá ser fornecido também serviço de atualização dos dados cadastrais de usuários com problemas de endereço.

Indicador 4 – Acompanhamento dos Investimentos

Nos Quadros 8 e 9 são apresentados, respectivamente, o peso relativo à meta e o detalhamento para apuração do resultado do Indicador 4.

Quadro 8 - Peso e meta do Indicador 4

AVALIAÇÃO		4. RECONHECIMENTO DO CBHVG	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		1	
2018	META	10	
	RESULTADO	9	
	NOTA		

Quadro 9 - Detalhamento para apuração de resultados do Indicador 4

DETALHAMENTO PARA APURAÇÃO DE RESULTADO
4. Reconhecimento do CBHVG
<p>Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições aplicada junto ao CBHVG, conforme questionário a ser definido pela ANA, CBHVG e ED, tendo por foco:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cumprimento do contrato de gestão; ✓ Ações tomadas com vista a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia ✓ Atuação como secretaria executiva do CBHVG

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

Apresenta-se a seguir os resultados da execução das metas pactuadas no âmbito do Contrato de Gestão no 083/ANA/2017, contendo esclarecimentos eventualmente necessários.

Indicador 1 - Disponibilização de Informações

Subindicador 1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do CBHVG.

Meta: 10

Resultado: No indicador 1, as metas para o ano de 2018 ficam zeradas, considerando que estas estão diretamente vinculadas à contratação do Plano de Comunicação, atividade finalística que deveria ser realizada com os recursos dos 92,5% da cobrança e como não houve arrecadação suficiente para a efetivação da contratação, prejudicando assim, a execução da meta. A contratação do Plano de Comunicação será realizada com os recursos adicionais (fonte 083), após aprovação do aditivo e autorização da SAS/ANA. Segue justificativa complementar no Apêndice II.

O site do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande fica sob gestão da Agência Nacional de Águas. Link de acesso: <http://www.verdegrande.cbh.gov.br/>

Grau de Alcance: NÃO SE APLICA

Subindicador 1B. Elaboração e Distribuição de Boletim Digital

Meta: 2

Resultado: Mesma justificativa descrita para o Subindicador 1A

Grau de Alcance: NÃO SE APLICA

Indicador 2 - Planejamento e Gestão

Plano de Aplicação Plurianual

Meta:

1. (2A) Elaboração do Plano de Aplicação Plurianual, contendo:
 - ✓ Componentes e subcomponentes priorizados no período, com alcance de metas para o período de três exercícios subsequentes, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas;

- ✓ Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada componente/subcomponente); e
 - ✓ Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos.
2. (2B) Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia, descrevendo por ação, quando couber:
- ✓ Identificação do componente/subcomponente em que a ação se enquadra;
 - ✓ Objeto e valor da ação;
 - ✓ Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse) e financiamento;
 - ✓ No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário;
 - ✓ Código da ação no Plano de Aplicação Plurianual;
 - ✓ Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto;
 - ✓ Prazos médios de execução: andamento do cronograma físico-financeiro; e,
 - ✓ Identificação dos principais atrasos e justificativas.

Considerações:

No **Anexo II** apresenta-se o Plano de Aplicação Plurianual para os anos de 2018 a 2020 e No **Apêndice II** é apresentado o Relatório Anual de Acompanhamento das Ações, identificando as principais ações desenvolvidas no ano de 2018, com recursos financeiros da cobrança pelo uso de recursos hídricos previstos no PAP 2018-2020.

Resultado: Produzido 2 (dois) relatórios, conforme **Apêndices I e II**.

Grau de Alcance: META CUMPRIDA

Indicador 3 - Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

Tabela 1 - Procedimentos de apuração de Resultados da Meta

APURAÇÃO DE RESULTADO	
3A. Índice de desembolso anual (%)	
Proporção (%) entre o valor desembolsado anual nesse Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.	
Fórmula de cálculo:	
$ID (\%) = (VD/VR) * 100$	
	ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%
	VD = Valor desembolsado, em reais por ano.
	VR = Valor repassado, em reais por ano = Valor repassado, em reais por ano.

Apuração do Resultado nº 001 - Recursos da cobrança

Fórmula: $ID (\%) = (VD/VR) * 100$

Meta: 25% (vinte e cinco por cento)

ID = 21% (vinte e um por cento)

VD = R\$ 14.152,23

VR = R\$ 65.902,53

Grau de Alcance: **META PARCIALMENTE CUMPRIDA**

$VD = \frac{R\$ 14.152,23}{R\$ 65.902,53} \times 100 = 21\%$

VR = R\$ 65.902,53

Subindicador 3A. Índice de desembolso anual (%).

Meta: 25 % (vinte e cinco por cento)

Resultado: 21%* **META PARCIALMENTE CUMPRIDA**

Grau de Alcance: **META PARCIALMENTE CUMPRIDA. (*)**

Nota de esclarecimento:

O indicador 3A leva em conta os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Torna-se importante destacar a cronologia dos eventos que se interpuseram ao resultado da meta. A tabela mostra que os recursos da cobrança (Fonte 116) foram depositados nos últimos quatro meses do ano, impactando negativamente o resultado desejável. Mesmo assim, a Agência Peixe Vivo conseguiu executar o índice de desembolso de 21%.

De fato, conforme retratado na tabela abaixo, os recursos referentes à cobrança começaram a ser depositados em conta em meados de agosto de 2018, com aportes de pequena cifra, mais precisamente da ordem de R\$10.000,00 mensais, o que impossibilitou a execução do planejamento proposto visando ao alcance das metas pactuadas.

Pelo exposto, a Agência Peixe Vivo considera ser necessário rever o indicador 3A e que ele não seja considerado em sua avaliação de 2018, ou, então, que a meta seja tratada como CUMPRIDA.

Tabela 2 - Repasses em 2018

RECEITAS - (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
08/02/2018	1º Repasse - (Recursos Projetos Específicos) - Fonte 183	1.500.000,00
Recursos recebidos Projetos especiais (1)		1.500.000,00

RECEITAS - (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
02/08/2018	1º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	13.801,31
27/08/2018	2º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	11.366,32
24/09/2018	3º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	10.193,72
22/10/2018	4º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	10.445,08
23/11/2018	5º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	9.995,80
31/12/2018	6º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	10.100,30
Recursos recebidos da cobrança (2)		65.902,53

RECEITAS - (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
08/02/2018	1º Repasse recursos de custeio adicional - (exercício 2017) - Fonte 183	300.000,00
09/04/2018	2º Repasse recursos de custeio adicional - (exercício 2018) - Fonte 183	310.000,00
Recursos recebidos custeio adicional (3)		610.000,00
Resultado líquido da aplicação financeira de 01/01 a 31/12/2018 (4)		76.636,10
TOTAL GERAL - SOMATÓRIO DAS RECEITAS (1+2+3+4)		2.252.538,63

As Tabelas 2 a 4 demonstram sinteticamente a execução financeira do CG exercício 2018.

Apuração do Resultado nº 002 - Recursos da cobrança com acréscimo do custeio adicional.

Tabela 3 - Procedimentos de apuração de Resultado da Meta

APURAÇÃO DE RESULTADO	
3A. Índice de desembolso anual (%)	
Proporção (%) entre o valor desembolsado anual nesse Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pela ANA.	
Fórmula de cálculo:	
$ID (\%) = (VD/VR) * 100$	
ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%	
VD = Valor desembolsado, em reais por ano.	
VR = Valor repassado, em reais por ano = Valor repassado, em reais por ano.	

Apuração do Resultado nº 001 - Recursos da cobrança

Fórmula: $ID (\%) = (VD/VR) * 100$

Meta: 25% (vinte e cinco por cento)

ID = 21% (vinte e um por cento)

VD = R\$ 14.152,23

VR = R\$ 65.902,53

Grau de Alcance: META PARCIALMENTE CUMPRIDA

$VD = \frac{R\$ 14.152,23}{R\$ 65.902,53} \times 100 = 21\%$

VR = R\$ 65.902,53

Tabela 4 - Repasses do Contrato de Gestão até 31 de Dezembro de 2018

Repasses, rendimentos de aplicação financeira e desembolso							Índice de Desembolso Anual
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	PERÍODO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	DESEMBOLSO	
		2018	65.902,53	0,00	65.902,53	14.152,23	21%
		TOTAL	65.902,53	0,00	65.902,53	14.152,23	

Nota: Repasse do custeio adicional R\$ 610.000,00 + repasse da cobrança R\$ 65.902,53 + rendimentos R\$ 76.636,10 = R\$ 752.538,63).

Tabela 5 - Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)

Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Anual	Desempenho Anual
2018	25%	21%	84%

Subindicador 3B. Propor estratégia de integração para a bacia hidrográfica do rio Verde Grande visando a implementação coordenada de instrumentos de gestão em todas as unidades de gestão e dominialidades de recursos hídricos

Meta: 1

Resultado: Foi elaborado o Relatório Técnico (Apêndice 3B), contendo a descrição da estratégia para a integração para a bacia hidrográfica do rio Verde Grande.

Grau de Alcance: META CUMPRIDA

Subindicador 3C. Atendimento ao usuário em cobrança

Meta: 12 meses de fornecimento do serviço de atendimento aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Resultado: 12 meses

Grau de Alcance: META CUMPRIDA

Considerações: O atendimento aos usuários em cobrança foi feito por meio do telefone nº 0800-031.16.07, disponibilizado pela Agência Peixe Vivo para essa finalidade.

Abaixo apresentamos a Tabela 5 com o resultado sobre o atendimento aos usuários em cobrança no período de janeiro a dezembro de 2018.

Tabela 6 - Relatório sobre atendimento ao usuário em cobrança

Relatório sobre os atendimentos aos usuários em cobrança na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande							
Qt	Data da ligação	Nome do atendente	Identificação	Telefone / Endereço eletrônico	Assunto	Encaminhamentos	Identificação CG
1	20/07/2018	José Eustáquio	Guilherme / Nestlé	(38) 3690-7328 / carlos.caldeira@br.nestle.com	Usuário solicitou informação sobre outorga e cobrança na bacia do Rio Verde Grande	Informações repassadas via telefone e e-mail para o usuário.	CG ANA 083/17

2	11/12/2018	José Eustáquio	Dirceu Barbosa Braga Júnior	(38) 9998-80238 / lucyannabraga@hotmail.com	Usuário solicitou boleto de cobrança do mês de outubro/18.	O usuário foi informado sobre a possibilidade de emissão do boleto online. O boleto foi solicitado para a COARC/ANA e enviado para o usuário.	CG ANA 083/17
---	------------	----------------	-----------------------------	---	--	---	---------------

Foram recebidas 2 (duas) ligações no primeiro ano de atendimento aos usuários da bacia do Rio Verde Grande.

Neste número a Agência Peixe Vivo disponibiliza serviço de atendimento telefônico gratuito para orientar os Usuários de Recursos Hídricos sobre o Regla, além do serviço de orientação para atualização dos dados cadastrais de usuários com problemas de endereço.

Indicador 5 - Reconhecimento pelos membros do CBH VERDE GRANDE

Reconhecimento do CBHSF

Meta: 10

Resultado alcançado: 9

Procedimento de apuração de resultados: Resultado apurado no período de avaliação, considerando a média aritmética das pontuações obtidas nos questionários.

Para o indicador 5 o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações:

- O valor apurado seguirá as faixas abaixo:
- Média maior ou igual a 9 é considerada 10
- Média maior ou igual a 8 é considerada 9
- Média maior ou igual a 7 é considerada 8
- Média maior ou igual a 6 é considerada 7
- Média inferior a 6 - valor apurado será igual à média calculada

A média aritmética da pontuação de todos os questionários foi **08**. Portanto, considerando as faixas acima, a nota foi **09**.

Grau de Alcance: META PARCIALMENTE CUMPRIDA

Considerações:

A aplicação do questionário junto aos membros do CBH Verde Grande, ficou a cargo da equipe da Agência Nacional de Águas - ANA. Foram respondidos 25 questionários atingindo assim a porcentagem de representatividade do plenário.

A média atribuída pelos membros do Plenária do CBH Verde Grande não foi suficiente para atingir a meta proposta. Consideramos que o pouco tempo de relacionamento entre Comitê e Agência, corrobora com o desconhecimento do trabalho desenvolvido por esta. Tal fator influenciou no cumprimento parcial da meta.

Podemos destacar algumas respostas que reforçam tal argumento:

“Como o contrato é recente, ainda não houve tempo suficiente para surgir dificuldades.”

“Como ainda não tivemos ações efetivas, difícil falar. Até o momento as ações são mais de estruturação do comitê.”

“A parceria com o CBH é recente, acho que a perspectiva para o próximo ano é de melhor entrosamento com os membros do CBH e melhor comunicação interna.”

“Pouco tempo com a agencia para termos esta resposta. Acredito que vai saber informar”.

“Vai demandar um tempo maior”

O questionário contou com 16 (dezesesseis) perguntas objetivas e ainda com questões dissertativa para aprimoramento da Agência Peixe Vivo e outras considerações. A tabulação encontra-se disponível em: <http://agenciapeixevivo.org.br/relatorios-de-gestao-2018-cg-014-ana-2010/>

Tabela 7 - Notas Atribuídas por questão, com médias parciais e total

AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS - AGENCIA PEIXE VIVO - RECONHECIMENTO PELOS MEMBROS DO COMITÊ																															
Identificação do Avaliador				Núcleo Comum de Perguntas																				Questões Objetivas Relativas a atuação da Agência Peixe Vivo junto ao Comitê				Questões subjetivas para melhoria à atuação Agência Peixe Vivo			
1.Participação no CBH (Titular/Suplente)	2.Escolaridade	3.Conhecimento do Contrato de Gestão	4. Conhece as competências da Agência Peixe Vivo	5.	Justificativa	6.	Justificativa	7.	Justificativa	8.	Justificativa	9.	Justificativa	10.	Justificativa	11.	Justificativa	12.	Justificativa	13.	Justificativa	14.	Justificativa	15.	Justificativa	Média	16.	17.	18.		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Sim	Sim	10	-	10	-	10	-	10	-	10	-	10	-	10	Ainda não houve tempo suficiente para surgir contratempos	10	Como o contrato é recente, ainda não houve tempo suficiente para surgir dificuldades.	10	-	10	-	10	-	10,0	Sim. A grande experiência da agência contribui para a rápida resposta e fornecimento de informações.	A parte de comunicação encontra-se deficiente por não haver recursos suficientes para elaborar um plano de comunicação.	Poderia auxiliar de forma mais proativa a solucionar a questão envolvendo a aprovação da cobrança pelo uso de recursos hídricos dos rios de domínio dos Estados de Minas Gerais e Bahia, com agendamento de reuniões com os atores tomadores de decisão e dando o suporte ao Presidente do CBH nessas reuniões.		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Parcialmente	Parcialmente	8	-	9	-	10	-	8	-	8	-	10	-	7	-	8	-	9	-	10	-	8	-	8,6	Sim - Sempre que contatada, a Agência tem se prontificado em informes e encaminhá-la para os procedimentos adequados.	As ações do Colegiado no âmbito da Bacia, necessitam de mais visibilidade, tanto pela Agência, quanto pelo próprio Comitê.	Se aproximando mais dos membros do Comitê, indagando sobre as ações realizadas, oferecendo capacitações, conhecendo as regiões, cidades que compõe o Comitê, bem como os reservatórios da Bacia.		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Sim	Parcialmente	8	-	8	-	7	Não	7	-	7	-	10	-	7	-	7	-	7	-	7	-	7	-	7,5	Não detenho maiores informações	Aé o momento não recebi nenhum comunicado.	Em caráter de urgência, ATUALIZAR a página do Comitê, para melhorar sobremaneira as nossas pesquisas e informações.		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Sim	Sim	10	-	9	-	9	-	9	-	8	-	10	-	8	-	8	-	8	-	8	-	5	-	8,4	Sim	Sim	Com sua experiência apresentar projeto de capacitação de Produtores quanto à preservação e procedimentos de recarga de nascentes.		
Suplente	Ensino Superior - Especialização	Não	Não	0	Eu iniciei uma participação mais efetiva no 2o semestre deste ano, portanto não conheço muito a APV	0	-	0	-	0	Sim	0	-	0	Sim até onde tive o conhecimento é de grande competência	0	Acho que cada vez mais se tenha a possibilidade em melhorar	0	Demonstra capacidade e interesse a ajudá-la	0	-	0	Sim na medida do possível	0	Com certeza	0,0	Sim, porque tem que ter o conhecimento de todos				
Titular	Ensino Superior - Especialização	Parcialmente	Parcialmente	8	-	8	-	9	-	9	-	9	-	9	-	8	-	8	-	8	-	9	-	9	-	8,5	Sim	Sim	Ajudando com bastante empenho para que o comitê possa desenvolver suas ações e metas		
Titular	Doutorado	Sim	Sim	9	-	8	-	7	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	10	-	8,8	Houve uma melhora notória com a vinda da Peixe Vivo no que diz respeito a essa questão, mas ainda ocorre a divulgação de eventos relacionados ao Comitê com poucos dias de antecedência o que pode ser melhorado.	A Peixe Vivo apresentou de forma satisfatória essa visibilidade às ações do Colegiado.	Melhora que percebido no sentido de aperfeiçoar a divulgação de eventos e reuniões com maior antecedência.		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Não	Parcialmente	8	-	9	-	9	-	9	-	8	-	9	-	8	-	9	-	9	-	9	-	8	-	8,6	Sim	Sim	-		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Sim	Sim	8	-	9	-	10	-	10	-	10	-	10	-	10	-	10	-	10	-	10	-	10	-	9,6	Sim	A página eletrônica do comitê não está atualizada	Com o passar do tempo a agência e o comitê estão melhorando o relacionamento		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Parcialmente	Parcialmente	8	-	8	Sim		-		-		-		-	0	-		-		-	8	-	8	-	6,4	Sim. Não tenho redações a fazer.	Maior visibilidade na área do Rio Verde Pequeno, Bahia	Ter uma atuação melhor na área do Bahir, Rio Verde Pequeno, que seus membros tenha maior participação nas decisões da gestão da Bacia		
Suplente	Doutorado	Não	Parcialmente	7	Elaborei nas respostas via e-mail e auxílio de custo para reuniões	8	-	9	-	7	As documentações são enviadas com antecedência via e-mail	8	-	9	-	7	-	7	-	7	-	8	-	7	-	7,6	Sim, via e-mail	Não tenho conhecimento	A Agência Peixe Vivo proporcionou maiores eficiências na divulgação de informações e auxílio financeiro para deslocamento. O Instagram tem sido relevante mecanismo de divulgação, talvez explore mais essas ferramentas. E fornecer cursos de curta duração para comitê na parte da Bahia (ex: arrecadação de cobrança pelo uso da água).		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Sim	Sim	8	-	8	-	10	-	10	-	10	-	10	-	8	-	8	-	8	-	8	-	7	-	8,6	Sim	Sim	Como ainda não tivemos ações efetivas, difícil falar. Até o momento as ações são mais de estruturação do comitê.		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Não	Não	8	-	8	-	9	-	8	-	9	-	8	-	8	-	8	-	8	-	8	-	7	-	8,1	Não tenho conhecimento	Não tenho conhecimento	Embora eu seja membro do Comitê, reconheço que não tenho pleno conhecimento das ações praticadas pela Agência Peixe Vivo, portanto fica difícil emitir opinião/sugestão sem ter conhecimento.		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Parcialmente	Sim	8	como ainda está em fase de andamento das ações não deu para ter uma posição definida, até o momento está atendendo	8	até o momento as reivindicações estão sendo atendidas	8	Houve algumas situações de informações de última hora, mas a maioria foram feitas com antecedência	8	-	7	não estão sendo enviadas as atas das reuniões	10	-	0	ainda não soube desta tipo de ação, não posso avaliar	8	nas ações que tive conhecimento sim	8	Sim	8	Sim		-	7,3	Sim. Até o momento as ações demandas foram atendidas satisfatoriamente.	A página eletrônica encontra-se desatualizada, necessita uma atenção, não tenho conhecimento de divulgação das ações do colegiado.	Atualização e divulgação das ações do CBH em meios eletrônicos, propor ações práticas a serem implementadas na bacia hidrográfica que melhorem a situação ambiental; promover junto com o CBH parcerias que fortaleçam a incrementem ações sustentáveis.		
Suplente	Ensino Superior - Especialização	Parcialmente	Parcialmente	6	-	6	-	5	-	6	-	6	-	6	-	6	-	6	-	6	-	6	-	5	-	5,8	Nem sempre	Sim	Intensificar as divulgações das ações junto a sociedade		
Suplente	Ensino Superior - Especialização	Parcialmente	Parcialmente	6	-	5	-	5	-		Não tenho conhecimento		Não tenho conhecimento	5	-	5	-		Não tenho conhecimento	5	-	5	-	5	-	5,1	Não tenho conhecimento	Não tenho conhecimento	-		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Sim	Parcialmente	9	-	8	-	10	-	9	-	9	-	10	-	8	-	8	-	8	-	8	-	8	-	8,6	-	-	-		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Sim	Parcialmente	7	Poderíamos ter uma assessoria jurídica para assuntos referente a outorgas (estaduais/federais)	7	a AGB Peixe Vivo dispõe de corpo técnico habilitado e comprometido com os resultados	9	Sim, via e-mail	7	Tem ocorrido poucas reuniões para os ET/SC/TA	8	-	10	-	7	Pode melhorar	9	-	9	-	10	-	10	-	8,5	Sim	Sim	Divulgar ações de mobilização e capacitação na bacia, inclusive promovendo-as e assessoria jurídica s outorgas (estaduais, federais)		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Sim	Sim	10	-	9	-	10	-	9	-	9	-	10	-		Não consigo avaliar		Não consigo avaliar	9	-	10	-		Não consigo avaliar	9,5	Não consigo avaliar	A página não está atualizada (processo eleitoral, resultados da cobrança pelo uso de água)	A parceria com o CBH é recente, acho que a perspectiva para o próximo ano é de melhor entrosamento com os membros do CBH e melhor comunicação interna.		
Titular	Mestrado	Sim	Sim	9	-	9	-	9	-	10	-	9	-	10	-	9	-	9	-	10	-	9	-	9	-	9,3	Sempre tenho visto representante da agência nas reuniões do comitê, acredito que a agência tem feito o possível p/ atender as demandas do comitê.	Sincronamente, hoje não tenho conhecimento suficiente para responder esse quesito	Atendendo de forma satisfatória as demandas do comitê, como apoio técnico e secretária executiva atuante.		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Sim	Sim	8	Algumas linhas iniciais, simples, que podem ser corrigidas com o tempo		Não tenho conhecimento	10	Tenho recebido todas as comunicações	10	Está tudo mundo sendo comunicado	10	Tem funcionado	10	Atencioso	8	Vai demandar um tempo maior	9	Aparentemente sim	9	Tem funcionado, ou melhor, funcionava		Não sei pouco tempo para esta resposta		Não sei, começa agora nossa base	9,3	Pouco tempo com a agência para termos esta resposta. Acredito que vai saber informar.	Não sei	As condições de funcionamento até agora permitem-me esperar um grande progresso na ligação comitê-membros do comitê-agência - permanece como está.		
Suplente	Mestrado	Parcialmente	Parcialmente	7	-	7	-	10	-	9	-	9	-	9	-	7	-	8	-	9	-	9	-	9	-	8,5	Sim	Sim	Está atuando de forma satisfatória		
Titular	Ensino Superior - Especialização	Sim	Sim	9	-	10	-	10	-	9	-	10	-	10	-	9	-	10	-	10	-	10	-	10	-	9,7	Sim	Sim	No meu entendimento ela já desenvolve um bom trabalho.		
Titular	Ensino Superior Incompleto	Sim	Parcialmente	7	-	7	-	10	-	9	-	9	-	9	-	8	Falta entrosamento	7	Em partes precisa mais de entrosamento dos comitês	8	-	8	-	7	Porque nas reuniões que eu estive presente ao houve uma prestação de conta dos recursos	8,1	Não. Estive presente so numa reunião da agência do peixe vivo no Jaba e assim foi convocado pelo comitê da bacia do rio verde.	Para nos da bacia do rio verde eu nao vi ajuda nenhuma do comitê da bacia do peixe vivo a nao ser essa foi realizada na Jaba.	Reunindo todos os comitês da bacia para discutir os assuntos de interesse dos comitês.		
Suplente	Mestrado	Sim	Parcialmente	9	-	9	-	9	-	9	-	9	-	9	-	9	-	9	-	9	-	10	-	9	-	9,1	Sim	Sim	Transferências online das comprovações dos recursos, p e-mail		
Número de Questões Objetivas Respostadas: 11																															
Média da Nota de cada uma das 11 Questões:				7,8		7,8		8,5		8,3		8,3		8,8		6,8		7,8		8,1		8,2		7,6					8,0		
Média da Nota Total dos Questionários:																															

CONCLUSÃO FINAL

Conforme demonstrado neste Relatório, os indicadores previstos no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão Nº 083/ANA/2017, firmado entre ANA e Agência Peixe Vivo foram atendidos, em cumprimento às obrigações assumidas.

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2019.



Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral

ANEXOS

ANEXO I



Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2019.

OFÍCIO AGÊNCIA PEIXE VIVO Nº 024/2018

Referência: Cumprimento das metas do CG nº 083/ANA/2017

Assunto: Entrega do Relatório de Gestão

Prezado Senhor,

Encaminhamos, de forma digital, o Relatório de Gestão sobre a execução do Contrato de Gestão nº 083/ANA/2017, contendo comparativo específico entre as metas propostas e os resultados alcançados no exercício de 2018, bem como suas peças complementares, abaixo discriminados:

- Relatório de Gestão do exercício de 2018;
- Relatório sobre o PAP 2018/2020 (Apêndice I)
- Relatório Anual de Acompanhamento das Ações (Apêndice II);
- Relatório Estratégia de Integração da Bacia do Rio Verde Grande (Apêndice III)

Na oportunidade, informamos o caminho no site da Agência Peixe Vivo onde os documentos supracitados poderão ser acessados na íntegra <http://agenciapeixevivo.org.br/relatorios-de-gestao-2018-cg-014-ana-2010/>

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais, pelo que antecipamos nossos cordiais agradecimentos.


Célia Maria Brandão Fróes
Diretora Geral

Ilmo Senhor

Volney Zanardi Junior

Comissão de Acompanhamento dos Contratos de Gestão e Termos de Parceria - CACG

Agência Nacional de Águas - ANA

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco B

Brasília - DF, CEP: 70.610-200

ANEXO II

**CBH-VERDE GRANDE**

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande

Instituído pelo Decreto Presidencial de 03.12. 2003

Unificado pela Resolução nº 58, de 26.11.2009, do Estado da Bahia
e Decreto nº 45261, de 23.12.2009, do Estado de Minas Gerais**DELIBERAÇÃO Nº 67/2018**

Aprova o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, referente aos exercícios 2018 a 2020 e dá outras providências.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande – CBH Verde Grande, instituído pelo Decreto Presidencial de 03/12/2003, unificado pela resolução nº 58, de 26/11/2009, do Governo da Bahia e pelo Decreto nº 45.261, de 23/12/2009, do Estado de Minas Gerais, regido pelas normas da Lei Federal nº 9.433, de 08/01/1997, da Lei Estadual nº 11.612, de 12/10/2009, do Estado da Bahia e da Lei Estadual nº 13.199, de 29/01/1999, do Estado de Minas Gerais e sua regulamentação constante do Decreto nº 41.578, de 08/03/2001, e demais normas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH de dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados da Bahia – CONERH, e Minas Gerais – CERH;

Considerando o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande aprovado pela Deliberação CBH Verde Grande nº 37/2011 e as prioridades estabelecidas;

Considerando a Deliberação CBH Verde Grande nº 50/2015 que estabelece a cobrança pelo uso de recursos hídricos nos rios de domínio da União e nos rios de domínio dos Estados de Minas Gerais e Bahia na bacia hidrográfica do rio Verde Grande;

Considerando as metas definidas no Contrato de Gestão nº 083/2017/ANA firmado entre a Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica e a Agência Nacional de Águas (ANA);

Considerando a Lei Federal nº 9.433/1997 que prevê o limite de sete e meio por cento do total de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, para a realização das despesas com a implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

DELIBERA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Aplicação Plurianual - PAP, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do Rio Verde Grande, no período de 2018 a 2020, apresentado no Anexo I desta Deliberação.

Art. 2º O Plano de Aplicação está organizado em 4 (quatro) Componentes, compatíveis com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande:

Componente I – Gestão de recursos hídricos e comunicação social;

Componente II – Racionalização dos usos e conservação de solo e água;

Componente III – Incremento da oferta hídrica e saneamento;

Componente IV – Gestão de águas subterrâneas.

Parágrafo único. Para cada Componente são identificados os programas e as ações a serem executados com as respectivas previsões orçamentárias para o seu desenvolvimento nos anos de 2018 a 2020.

**CBH-VERDE GRANDE**

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande

Instituído pelo Decreto Presidencial de 03.12. 2003

Unificado pela Resolução nº 58, de 26.11.2009, do Estado da Bahia
e Decreto nº 45261, de 23.12.2009, do Estado de Minas Gerais

Art. 3º Na vigência do PAP, com base em análise da Câmara Técnica Consultiva - CTC, especialmente no que se refere aos dados relativos a resultados esperados e cronograma físico-financeiro de cada atividade, as atividades poderão ser revistas ou aglutinadas, bem como poderão ser remanejados os valores previstos para cada uma delas, desde que entre atividades de um mesmo Componente.

§1º A Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica poderá propor a qualquer tempo à Diretoria do CBH Verde Grande, para aprovação, o remanejamento de valores das rubricas dentro de um mesmo Componente, conforme previsto no caput, desde que devidamente justificado.

§2º Apenas em caráter excepcional, aprovado pela Diretoria do CBH Verde Grande, poderão ser remanejados valores entre os Componentes para o atendimento de ações emergenciais, desde que devidamente justificado.

Art. 4º A execução do PAP está baseada nas seguintes premissas:

I – O repasse integral dos recursos arrecadados anualmente pela cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande pelo Poder Público Federal;

II – O cumprimento da previsão de arrecadação da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

Art. 5º No último ano de vigência do PAP, em período não inferior a 90 (noventa) dias para o seu término, a Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica apresentará uma proposta para o novo PAP no período subsequente.

Parágrafo único. Após a aprovação do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande: MOP – PRH Verde Grande, o PAP poderá ser revisto, a fim de compatibilizar suas rubricas com as novas ações propostas para o PRH Verde Grande, podendo ocorrer em prazo inferior ao estipulado no CAPUT deste artigo.

Art. 6º Esta deliberação entra em vigor a partir da data de sua aprovação em Plenária.

Jaíba/MG, 06 de novembro de 2018.

Dirceu Colares de Araújo Moreira
Presidente do CBH Verde Grande

**Maria Socorro Mendes Almeida
Carvalho**
Secretária CBH Verde Grande

**CBH-VERDE GRANDE**

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande

Instituído pelo Decreto Presidencial de 03.12. 2003

Unificado pela Resolução nº 58, de 26.11.2009, do Estado da Bahia

e Decreto nº 45261, de 23.12.2009, do Estado de Minas Gerais

PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE 2018 - 2020

Descrição	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Saldo financeiro em Dezembro de 2017	R\$ 0,00				
Valor previsto para arrecadação com a cobrança pelo uso da água no ano (92,5%)*		R\$ 85.983,25	R\$ 85.983,25	R\$ 85.983,25	R\$ 257.949,75
Valor disponível para desembolso por ano (arrecadado no ano + saldo do ano anterior)		R\$ 85.983,25	R\$ 156.966,50	R\$ 116.949,75	
Valor previsto para execução/desembolso por ano		R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00
Saldo por ano		R\$ 70.983,25	R\$ 30.966,50	R\$ 1.949,75	R\$ 1.949,75

* Valor calculado com base na Nota Informativa ANA nº 1/2019/CSCOBAS de 28/03/2018 e informações atualizadas pela ANA e repassadas à Agência Peixe Vivo em 10/07/2018.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS COM A COBRANÇA (92,5%)

Componente I - Gestão de recursos hídricos e comunicação social					
	2018	2019	2020	Subtotal	% do total
I.1 Implementação dos instrumentos de gestão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.1 Outorga e fiscalização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.1.1 001 Estudos para subsidiar a revisão dos critérios de outorgas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.1.2 002 Estudos para avaliação da eficiência dos instrumentos regulatórios e alocações negociadas de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.1.3 003 Estudo de consistência de dados de cadastro e outorgas de direito de uso das águas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.2 Enquadramento dos corpos hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.2.1 004 Estudo sobre o enquadramento dos corpos de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.3 Cobrança pelo uso da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.3.1 005 Estudo de aprimoramento da metodologia de cobrança pelo uso da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.4 Sistema de informações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.4.1 006 Implementação e aperfeiçoamento do Sistema de Informações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.5 Revisão do Plano de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.5.1 007 Revisão do Plano de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2 Monitoramento Hidrológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.1 Monitoramento pluviométrico e fluviométrico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.1.1 008 Ampliação da rede de dados pluviométricos e fluviométricos da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.1.2 009 Utilização dos dados fluviométricos para fiscalização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.2 Monitoramento qualitativo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.2.1 010 Ampliação do monitoramento da qualidade das águas da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.3 Mudanças climáticas e sistemas de previsão e alerta contra eventos hidrológicos críticos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.3.1 011 Estudos relacionados a eventos hidrológicos críticos (secas e enchentes)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.3.2 012 Estudos para avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre recursos hídricos da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.3 Comunicação social, educação e conscientização ambiental em recursos hídricos	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%
I.3.1 Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%
I.3.1.1 013 Apoio às atividades de mobilização para renovação dos membros do CBH Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.3.1.2 014 Apoio à participação e realização de reuniões pluri-temáticas, reuniões técnicas, oficinas, seminários e outros eventos	R\$ 15.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 46.000,00	
I.3.1.3 015 Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 110.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 210.000,00	
Subtotal Componente I	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%



CBH-VERDE GRANDE
 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
 Instituído pelo Decreto Presidencial de 03.12.2003
 Unificado pela Resolução nº 58, de 26.11.2009, do Estado da Bahia
 e Decreto nº 45261, de 23.12.2009, do Estado de Minas Gerais

<i>Componente II - Racionalização dos usos e conservação de solo e água</i>						
	2018	2019	2020	Subtotal	% do total	
II.1	Racionalização dos usos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.1	Controle de perdas no abastecimento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.1.1	016 Elaboração de estudos para redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.2	Aumento da eficiência do uso da água na irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.2.1	017 Tratamento e capacitação de irrigantes sobre manejo adequado da água e técnicas de irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.1.2.2	018 Estudos para modernização dos pontos de irrigação do Gerúmba, Estreito e Cova da Mandioca	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.2	Conservação de solo e água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.2.1	Recuperação de áreas degradadas inclusive em Unidades de Conservação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.2.1.1	019 Estudos para implantação de projetos de "produção de água"	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
II.2.1.2	020 Elaboração de diagnósticos, estudos e projetos visando a recuperação de áreas degradadas e a conservação e manejo adequado do solo em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
Subtotal Componente II		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
<i>Componente III - Incremento da oferta hídrica e saneamento</i>						
	2018	2019	2020	Subtotal	% do total	
III.1	Saneamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.1	Apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.1.1	021 Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.2	Ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.2.1	022 Elaboração de estudos de concepção e projetos básicos de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.2.2	023 Implantação de sistemas para armazenamento de água da chuva em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.3	Controle de poluição industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.1.3.1	024 Estudos para avaliação da carga poluidora industrial na bacia com impacto nos recursos hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2	Incremento da oferta de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.1	Regularização de vazões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.1.1	025 Elaboração de estudo sobre barramentos e regularização de vazões na bacia hidrográfica do Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.2	Transposição de vazão entre bacias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.2.1	026 Implementação de obras para viabilização da transposição de vazões via sistema Congonhas-Jaramato	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.2.2	027 Elaboração de estudos para subsidiar a viabilidade da transposição de vazões via projeto Juba	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.3	Ampliação da segurança hídrica no meio rural	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
III.2.3.1	028 Implantação de projetos hidroambientais em áreas previamente selecionadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
Subtotal Componente III		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
<i>Componente IV - Gestão de águas subterrâneas</i>						
IV.1	Comportamento dos aquíferos e monitoramento piezométrico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
IV.1.1	Aquíferos granulares fissurados e cárstico-fissurados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
IV.1.1.1	029 Elaboração de estudos para definição da rede de monitoramento de águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
IV.1.1.2	030 Fiscalização da rede de águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
Subtotal Componente IV		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
TOTAL (Componentes I, II, III e IV)		R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%

ANEXO III

De: Mariana Rodrigues Lirio <mariana.lirio@ana.gov.br>

Data: 11 de janeiro de 2018 17:32:29 BRST

Para: Sergio Razera <sergio.razera@agencia.baciaspcj.org.br>, Ivens Oliveira <ivens.oliveira@agencia.baciaspcj.org.br>, André Luis Marques <andre.marques@agevap.org.br> <andre.marques@agevap.org.br>, "Aline AGEVAP" <aline@agevap.org.br> <aline@agevap.org.br>, Rejane <rejane@agevap.org.br>, Sergio Leal <sergio.leal@abhaaraguari.org.br>, "ronaldo.barbosa@agenciaabha.com.br" <ronaldo.barbosa@agenciaabha.com.br>, Valory <valory@ibio.org.br>, Fabiano Alves <fabiano@ibio.org.br>, "Luana da Silva Freitas" <luana.freitas@ibio.org.br>, Célia Frões <dg@agbpeixevivo.org.br>, "Berenice" <daf@agbpeixevivo.org.br> <daf@agbpeixevivo.org.br>

Cc: Giordano Bruno Bomtempo de Carvalho <giordanobruno@ana.gov.br>, Marco Antônio Mota Amorim <Marco.Amorim@ana.gov.br>, Volney Zanardi Junior <volney.zanardi@ana.gov.br>, Grace Benfica Matos <grace.matos@ana.gov.br>

Assunto: Estimativa de arrecadação da cobrança em 2018 - recursos repassados por meio dos Contratos de Gestão celebrados com a ANA

Prezados, boa tarde,

Encaminhamos para conhecimento a estimativa, por bacia hidrográfica, da arrecadação dos valores da cobrança pelo uso de recursos hídricos em 2018.

Estimativa de arrecadação da cobrança em 2018

Bacias Hidrográficas	Estimativa
Piracicaba, Capivari e Jundiaí*	R\$ 32.717.014,00
Paraíba do Sul	R\$ 12.355.586,00
São Francisco	R\$ 24.433.609,00
Doce	R\$ 12.838.634,00
Paranaíba	R\$ 5.899.804,00
Verde Grande	R\$ 150.000,00
Total	R\$ 88.394.647,00

*Na estimativa apresentada está incluído o valor da dívida da SABESP do exercício de 2016 (R\$ 11,7 milhões)

Atenciosamente

Mariana Lirio

Especialista em Recursos Hídricos

Coordenação de Instâncias Colegiadas do SINGREH

Superintendência de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

mariana.lirio@ana.gov.br

(61) 2109.5373

ANEXO IV

RELATÓRIO GERENCIAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODO 01 DE JANEIRO 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017 - CBH VERDE GRANDE

RELATÓRIO GERENCIAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO 01 DE JANEIRO 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

1 - COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS

RECEITAS - (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
08/02/2018	1º Repasse - (Recursos Projetos Específicos)	1.500.000,00
Recursos recebidos Projetos especiais (1)		1.500.000,00

RECEITAS - (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
02/08/2018	1º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	13.801,31
27/08/2018	2º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	11.366,32
24/09/2018	3º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	10.193,72
22/10/2018	4º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	10.445,08
23/11/2018	5º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	9.995,80
31/12/2018	6º Repasse recursos da cobrança - Fonte 116	10.100,30
Recursos recebidos da cobrança (2)		65.902,53

RECEITAS - (R\$)		
Data do Repasse	Histórico	Valor
08/02/2018	1º Repasse recursos de custeio adicional - (exercício 2017) - Fonte 183	300.000,00
09/04/2018	2º Repasse recursos de custeio adicional - (exercício 2018) - Fonte 183	310.000,00
Recursos recebidos custeio adicional (3)		610.000,00

Resultado líquido da aplicação financeira de 01/01 a 31/12/2018 (4)	76.636,10
---	-----------

TOTAL GERAL - SOMATÓRIO DAS RECEITAS (1+2+3+4)	2.252.538,63
--	--------------

RELATÓRIO PAP

APÊNDICE I

CONTRATO DE GESTÃO Nº 083/ANA/2017



2018



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	3
PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE (PRH-VG)	4
OS PLANOS DE APLICAÇÃO	8
COMPONENTES E SUBCOMPONENTES PRIORIZADOS	8
ESTIMATIVA DE DISPONIBILIZADA DE RECURSOS FINANCEIROS	11
CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DAS DEMANDAS DE AÇÕES E PROJETOS	12
REFERÊNCIAS	14
ANEXO I	14

APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem por objetivo demonstrar as diretrizes e critérios utilizados pela Agência Peixe Vivo, na elaboração do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2018-2020 para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

A Agência Peixe Vivo atua no sentido de aprimorar os mecanismos de aplicação financeira dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio Verde Grande e destinando-os de acordo com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

Atualmente a Agência Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Bacia para dois comitês estaduais mineiros e dois federais, sendo:

- CBH Rio das Velhas: Deliberação CERH-MG nº 56, de 18 de julho de 2007 e prorrogado em 08 de dezembro de 2017.
- CBH Pará: Deliberação CERH-MG nº 343, de 19 de dezembro de 2013.
- CBHSF: Resolução CNRH nº 114, de 10 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2010. Prorrogada pela Resolução CNRH nº 170 de 23 de setembro de 2015. Indicação da Agência Peixe Vivo para desempenhar as funções de Agência de Águas do CBHSF foi renovada através da DN CBHSF nº 84, de 21 de maio de 2015.
- CBH Verde Grande: Resolução CNRH nº 187, de 7 de dezembro de 2016.

INTRODUÇÃO

O Rio Verde Grande é um importante afluente da margem direita do Rio São Francisco e em parte de seu percurso desenha os limites entre o Estado de Minas Gerais e da Bahia. Consequentemente, o Verde Grande, é considerado um rio cujas águas são de domínio da União e, portanto, as aquisições de produtos e serviços a serem efetuados pela Entidade Delegatária, a Agência Peixe Vivo, serão regidas pelos normativos próprios e pelo Contrato de Gestão nº 083/2017 firmado com a Agência Nacional de Águas (ANA).

A Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, chamada lei das águas, define no artigo 1º, inciso VI que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades”; da mesma forma no inciso V, define que “a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”. A bacia hidrográfica é definida como unidade

territorial de planejamento e gestão, em detrimento de outras unidades político-administrativas como municípios, estados e regiões (SALDANHA, 2003:125).

A bacia hidrográfica do rio Verde Grande apresenta 31.410 km², abrangendo oito municípios do Estado da Bahia e 27 de Minas Gerais. A região se destaca pela produção agrícola, sendo o seu principal polo regional a cidade de Montes Claros/MG que concentra grande parte da população da Bacia (ANA, 2013).

Devido ao expressivo desenvolvimento regional e da expansão urbana, aliada à baixa disponibilidade hídrica caracterizada pela região de clima semiárido, são registrados conflitos pelo uso da água na bacia hidrográfica do rio Verde Grande desde a década de 80 (ANA, 2013).

A dimensão de análise proposta pelas bacias hidrográficas incorpora uma pluralidade de poderes e interesses, muitas vezes conflitantes e incompatíveis. Visando solucionar estes conflitos, é proposto um novo instrumento pela Lei das Águas que, por sua diversidade de protagonistas, intencionava a participação e a descentralização dos poderes: os Comitês de Bacias Hidrográficas.

Diversos comitês foram criados, dentre eles está o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Uma vez instituído por meio do Decreto Presidencial de 3 de dezembro de 2003 já era prevista a participação (i) da União; (ii) dos Estados de Minas Gerais e Bahia; (iii) dos Municípios situados, no todo ou em parte, em sua área de atuação; (iv) dos usuários das águas de sua área de atuação; e (v) das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE (PRH-VG)

O Plano de Recursos Hídricos (PRH) é um instrumento regulamentado na Lei Federal nº 9.433/97 e contém objetivos e metas a serem atingidas em curto, médio e longo prazos, com horizonte de planejamento compatível com o período de implantação de seus programas e projetos.

Tal instrumento de planejamento visa garantir os usos múltiplos da água de forma racional e sustentável em uma bacia hidrográfica, em consonância com a gestão integrada de meio ambiente e recursos hídricos.

A fim de assegurar a sua efetividade e funcionalidade, os Planos de Bacia devem ser instrumentos atualizados e compatíveis com a evolução da sociedade, da economia, da cultura, etc.

Os Planos de Bacia possuem um horizonte de planejamento, no qual as metas ali estabelecidas devem ser objeto de constante verificação para que os atores e gestores envolvidos possam se organizar com vistas ao atingimento destas metas e, quando for o caso, repactuar naquilo que for necessário e plausível do ponto de vista da gestão de recursos hídricos.

Para dar sequência aos planos, programas e ações e alcançar os desafios relacionados aos usos das águas superficiais e subterrâneas, com a conservação e a preservação dos rios, ao desenvolvimento socioeconômico abrangendo todas as regiões, dentre outros temas, é necessário utilizar os recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, de forma a investir em projetos e ações, em conformidade com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia.

A criação do Comitê da Bacia recebeu aprovação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos em maio de 2003. Posteriormente, por meio de decreto presidencial de 3 de dezembro de 2003, foi instituído o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Verde Grande, cujos principais objetivos são de promover o ordenamento, definir as diretrizes e a necessária articulação de todos os setores de usuários da bacia para melhor aproveitamento dos recursos hídricos e implantação dos instrumentos técnicos de gestão. Em 2004, após um longo processo de articulação na Bacia, o Comitê foi instalado.

A elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (PRH Verde Grande) foi iniciada em janeiro de 2008 sob a coordenação da Agência Nacional de Águas (ANA), que contratou os serviços da Ecoplan Engenharia LTDA., e se estendeu até o ano de 2010. Internamente na ANA, o processo teve a coordenação da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos e contou com a colaboração de outras superintendências que deram suporte técnico à condução do trabalho em suas áreas específicas de atuação (ANA, 2013).

Baseado em uma visão ampla e integrada o PRH Verde Grande foi concebido a fim de solucionar ou minimizar os conflitos pelo uso da água na Bacia, através de um processo participativo e contou com diversas rodadas de reuniões públicas. Contou também com o acompanhamento técnico do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) do Estado de Minas Gerais e do Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) do Estado do Bahia, ainda existente na época em que o Plano foi elaborado. Dessa forma, o PRH estabeleceu diretrizes para a manutenção dos usos múltiplos da água e propôs diversas ações a serem executadas dentro da Bacia (ANA, 2013).

O PRH Verde Grande foi estruturado com,

- (i) Um **diagnóstico** da Bacia Hidrográfica, onde foi levantada e sistematizada uma grande quantidade de dados anteriormente dispersos em diferentes órgãos e instituições, além da coleta de dados primários com o mapeamento do uso e ocupação do solo;
- (ii) Um **prognóstico** onde foram analisadas as diferentes perspectivas de acréscimo da demanda hídrica e comparadas à disponibilidade e alternativas de maximização e regularização da oferta hídrica na Bacia; e
- (iii) O **Plano de Recursos Hídricos (PRH)** propriamente dito. Este último item analisou e integrou os anteriores de forma a identificar questões relevantes para o desenvolvimento sustentável da Bacia, subsidiando a proposição dos componentes principais para programas e ações na região. Ainda nessa etapa, foram quantificados os investimentos necessários de cada ação e identificados os atores envolvidos para execução, além de terem sido estruturadas as diretrizes para os instrumentos de gestão como outorga e fiscalização dos recursos hídricos.

Através do PRH Verde Grande, foram estipulados 4 (quatro) componentes principais para serem trabalhados na Bacia, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - Componentes, Programas e Ações propostos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande

COMPONENTE	PROGRAMA	AÇÃO
Componente 1: GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E COMUNICAÇÃO SOCIAL	Programa 1.1. Implementação dos Instrumentos de Gestão	1.1.1. Outorga de direito de uso 1.1.2. Fiscalização 1.1.3. Enquadramento dos corpos hídricos superficiais 1.1.4. Cobrança pelo uso da água 1.1.5. Sistema de informações 1.1.6. Revisão do plano de recursos hídricos
	Programa 1.2. Monitoramento Hidrológico	1.2.1. Monitoramento hidrológico 1.2.2. Monitoramento qualitativo 1.2.3. Previsão e alerta contra eventos hidrológicos críticos 1.2.4. Avaliação dos impactos de mudanças climáticas
	Programa 1.3. Comunicação Social, Educação e Conscientização Ambiental em Recursos Hídricos	
Componente 2: RACIONALIZAÇÃO DOS USOS E CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA	Programa 2.1. Racionalização do Uso da Água	2.1.1. Controle de perdas no abastecimento 2.1.2. Racionalização do uso da água na irrigação
	Programa 2.2. Conservação de Solo e Água	2.2.1. Recuperação de mata ciliar 2.2.2. Recuperação de mata em unidades de conservação de proteção integral
Componente 3: INCREMENTO DA OFERTA E SANEAMENTO	Programa 3.1. Saneamento	3.1.1. Apoio aos Planos Municipais de Saneamento 3.1.2. Controle de perdas no abastecimento 3.1.3. Ampliação dos sistemas de abastecimento urbano 3.1.3. Esgotamento sanitário 3.1.4. Resíduos sólidos 3.1.5. Controle de Poluição Industrial
	Programa 3.2. Incremento da Oferta de Água	3.2.1. Regularização de vazões 3.2.2. Transposição de vazão entre bacias 3.2.3. Ampliação da segurança hídrica no meio rural
Componente 4: GESTÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	Programa 4.1 Estudo hidrogeológico e monitoramento piezométrico	

Fonte: ANA, 2013

OS PLANOS DE APLICAÇÃO

De acordo com previsão do artigo 44 da Lei 9.433/1997, é uma das atribuições das Agências de Água (ou entidades a elas equiparadas), dentre outras, elaborar o plano de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, para a apreciação e aprovação do respectivo comitê de bacia hidrográfica.

Um Plano de Aplicação, em geral, é um instrumento que se presta ao planejamento financeiro, sendo usualmente de ampla divulgação e capaz de informar quais são as possibilidades de investimentos nas diversas rubricas orçamentárias.

Sua formatação deve ser sucinta e esclarecedora para que cada item orçamentário tenha valor disponível para investimento, ajustado ao cronograma físico das ações que se deseja realizar, possibilitando aos gestores e ao público, em geral, o prévio conhecimento dos desembolsos programados.

Nas instituições públicas e privadas o planejamento de aquisições e contratações, além de outros fatores, é diretamente relacionado aos históricos recentes de receitas x despesas (fluxo de caixa) observados, que funcionam como um dos mais relevantes subsídios para o momento da composição dos seus planos de aplicação financeira.

A Agência Peixe Vivo propôs ao CBH Verde Grande a adoção de Planos de Aplicação Plurianuais (PAP) para um horizonte de planejamento de 03 (três) anos, o que permite a contratação de ações que podem extrapolar o cronograma executivo de 12 (doze) meses.

A elaboração do PAP requer, dentre outros, um amplo conhecimento do Plano de Recursos Hídricos da Bacia, a fim de assegurar que o Comitê atue no alcance das metas ali estabelecidas e é devido ressaltar que a aproximação da Agência com os dirigentes do Comitê repercute em um PAP mais robusto, que converge com as pretensões e interesses do Colegiado para com a Bacia.

COMPONENTES E SUBCOMPONENTES PRIORIZADOS

O Plano de Aplicação Plurianual 2018-2020 (PAP 2018-2020) foi aprovado por meio da Deliberação CBH Verde Grande nº 67/2018, durante a 30ª Reunião Ordinária do CBH Verde Grande, realizada no dia 06 de novembro de 2018, na cidade de Jaíba/MG.

A proposta elaborada pela Agência Peixe Vivo e aprovada pelo CBH Verde Grande considerou a recente efetivação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, iniciada em abril de 2017, sendo os boletos emitidos

para os usuários de recursos hídricos a partir de março de 2018. Além disso, destaca-se também o baixo valor cobrado anualmente, equivalente a R\$ 92.954,86 (noventa e dois mil reais novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), e a consequente limitação para contratações de estudos, projetos e obras para a bacia.

O Plano de Aplicação Plurianual para o triênio 2018-2020 foi elaborado em estreita conformidade com os Componentes e Programas previstos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande e também atendendo às demandas e anseios do Comitê, referente à contratação de estudos e obras. Mesmo que o recurso arrecadado com a cobrança seja, a princípio, insuficiente para a contratação de projetos em todas as rubricas especificadas no PAP 2018-2020, a ideia foi apresentar um “leque” de possibilidades para investimentos na bacia a fim de promover a melhoria do processo de gestão dos recursos hídricos, a racionalização dos usos e o incremento da oferta hídrica, estimulando a articulação e a consolidação de parcerias com órgãos e entidades interessadas na bacia. Inclusive o Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande (MOP – PRH Verde Grande), que está em processo de contratação pela Agência Peixe Vivo, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 083/2017/ANA, irá apresentar como tais articulações e parcerias podem ser operacionalizadas, a fim de buscar novas fontes de investimentos para a minimização dos problemas de escassez hídrica na bacia. Vislumbrando essa possibilidade o parágrafo único do Artigo 5º da Deliberação nº 67/2018 destacou o seguinte:

Parágrafo único. Após a aprovação do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande: MOP – PRH Verde Grande, o PAP poderá ser revisto, a fim de compatibilizar suas rubricas com as novas ações propostas para o PRH Verde Grande, podendo ocorrer em prazo inferior ao estipulado no CAPUT deste artigo.

Ressalta-se que previamente à aprovação do PAP 2018-2020 na 30ª Reunião Plenária Ordinária do CBH Verde Grande a minuta do documento foi apresentada e discutida com os membros da Câmara Técnica de Consultiva (CTC) do CBH Verde Grande, em reunião realizada na cidade de Montes Claros, no dia 12 de setembro de 2018.

O Plano de Aplicação Plurianual do CBH Verde Grande para o triênio 2018-2020 foi organizado em grupos de ações, divididas em quatro componentes, também previstos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande: Componente I – Gestão de recursos hídricos e comunicação social; Componente II – Racionalização dos usos e conservação de solo e água; Componente III – Incremento da oferta hídrica e saneamento; e Componente IV – Gestão de águas subterrâneas.

Componente I – Gestão de recursos hídricos e comunicação social;

Foi identificada a necessidade de implementação de todos os instrumentos de gestão previstos em lei, incluindo a definição de critérios de fiscalização e outorga. Além do fortalecimento do arranjo institucional com foco no Comitê de Bacia e na educação, conscientização e engajamento da sociedade em questões referentes aos recursos hídricos da Bacia. Foram definidos 3 subcomponentes para o Componente I:

I.1 – Implementação dos instrumentos de gestão

I.2 – Monitoramento hidrológico

I.3 – Comunicação social, educação e conscientização ambiental em recursos hídricos

Componente II – Racionalização dos usos e conservação de solo e água;

Diante do uso intensivo de água na Bacia Hidrográfica do Verde Grande e da limitada disponibilidade hídrica, se mostra como fundamental este componente. Dentre as propostas estão a redução de perdas no abastecimento urbano e, principalmente, o uso eficiente da água nas áreas irrigadas. Além disso, deve-se conhecer o comportamento climático e hidrológico para a melhor adaptação a esta realidade através de obras que aumentem a segurança hídrica e de um eficaz sistema de previsão e alerta. Foram definidos 2 subcomponentes para o Componente II:

II. 1 – Saneamento

II. 2 – Incremento da oferta de água

Componente III – Incremento da oferta hídrica e saneamento:

A partir da identificação da situação de déficit hídrico diante das demandas presentes e futuras, se mostra essencial a implantação de ações que visem o aumento da disponibilidade hídrica da região. Também se identificou como fundamental a melhoria nos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e de coleta e disposição de resíduos sólidos que repercutem no meio ambiente e saúde da população. Foram definidos 2 subcomponentes para o Componente III:

III. 1 – Racionalização dos usos

III. 2 – Conservação de solo e água

Componente IV – Gestão de águas subterrâneas:

Mostrou-se bastante limitado o atual conhecimento dos processos hidrológicos e hidrogeológicos na Bacia, sobretudo acerca da interação das águas superficiais e subterrâneas nos terrenos cársticos. Aliado a isto, a necessidade de ampliação e fiscalização da rede de monitoramento da qualidade das águas justificou esse componente para a implementação de ações que subsidiem a decisão e gestão de recursos hídricos no território. Foi definido 1 subcomponente para o Componente IV:

IV. 1 – Comportamento dos aquíferos e monitoramento piezométrico

ESTIMATIVA DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS

A peça orçamentária do PAP foi elaborada a partir das estimativas de arrecadação e considerando as estimativas de desembolsos em cada exercício anual (resultado da valorização das atividades a serem executadas).

Para o PAP 2018-2020 é prevista uma arrecadação anual advinda da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de R\$ 92.954,86 (noventa e dois mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), dos quais 92,5% (noventa e dois e meio por cento), equivalentes a R\$ 85.983,25 (oitenta e cinco mil novecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), serão destinados à implementação das ações do PAP 2018-2020 e os 7,5% (sete e meio por cento) restantes, serão destinados à manutenção e custeio da Agência Peixe Vivo.

A Deliberação CBH Verde Grande nº 67/2018, que aprovou o PAP 2018-2020, é apresentada no **Anexo I** deste relatório. Pela análise da peça orçamentária do PAP é possível observar que a maioria das rubricas propostas encontram-se zeradas, pois os valores auferidos com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, atualmente única fonte arrecadatória do CBH Verde Grande para a implementação das ações do PAP, é inexoravelmente insuficiente frente às metas do PRH Verde Grande. Entretanto, como citado anteriormente, as rubricas foram sugeridas tendo em vista a possibilidade de articulações e parcerias com órgãos e entidades que têm interesse na bacia e poderiam aportar recursos financeiros e técnicos para a implementação das ações propostas.

Tendo em vista o baixo valor disponível para a execução das atividades finalísticas do Comitê, pela análise do Anexo I observa-se também que os desembolsos previstos estão concentrados nas atividades de apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (item I.3.1), nas rubricas I.3.1.2 (014) – Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros eventos; e I.3.1.3 (015) – Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde

Grande, sendo essas ações elencadas como imprescindíveis para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê (realização das reuniões plenárias, com as câmaras técnicas, dentre outras) e para permitir a retomada da mobilização social e visibilidade do Comitê frente à bacia e também fora dela.

Ressalta-se que o valor anual previsto, equivalente a R\$ 85.983,25 (oitenta e cinco mil novecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), destinado à implementação das ações do PAP 2018-2020, poderá sofrer variações em função da entrada de novos usuários em cobrança, deduzidos de eventuais defasagens ocasionadas pelas inadimplências ou possíveis reduções no valor cobrado, advindas dos processos de alocações de água na bacia.

No Quadro 1 é apresentada a memória de cálculo adotada para estimativa de valores disponíveis para aplicação financeira de acordo com o PAP 2018-2020.

Quadro 1 - Memória de cálculo dos valores do PAP 2018-2020 (R\$)

Descrição	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Saldo financeiro em Dezembro de 2017	0,00				
Valor previsto para arrecadação com a cobrança pelo uso da água no ano (92,5%)*		85.983,25	85.983,25	85.983,25	257.949,75
Valor disponível para desembolso por ano (arrecadado no ano + saldo do ano anterior)		85.983,25	156.966,50	116.949,75	
Valor previsto para execução/desembolso por ano		15.000,00	126.000,00	115.000,00	256.000,00
Saldo por ano		70.983,25	30.966,50	1.949,75	1.949,75

* Valor calculado com base na Nota Informativa ANA nº 1/2018/CSCOB/SAS de 28/03/2018 e informações atualizadas pela ANA e repassadas à Agência Peixe Vivo em 10/07/2018.

CRITÉRIOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DAS DEMANDAS DE AÇÕES E PROJETOS

Diante dos recursos visivelmente escassos advindos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos e da atual ausência de outras fontes arrecadatórias do CBH Verde Grande para a implementação das ações necessárias para promover a melhoria do processo de gestão dos recursos hídricos, a racionalização dos usos e o incremento da oferta hídrica na bacia, neste momento ainda não há como se pensar em critérios para a hierarquização de ações e projetos.

Conforme apresentado anteriormente, para o triênio 2018-2020, todo o montante de recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia está e continuará sendo destinado para o apoio às atividades do Comitê, no que tange à

organização e apoio à participação em reuniões plenárias, de câmeras técnicas, dentre outras e também ao plano continuado de educação, mobilização e comunicação do CBH Verde Grande. Tais ações foram elencadas como imprescindíveis para a continuidade da atuação do Comitê e para a retomada da sua visibilidade no contexto da bacia e fora dela, tendo em vista que ficou por muito tempo desmobilizado. Além disso, a disponibilização das informações, por meio da atualização da página eletrônica do CBH Verde Grande e da distribuição de boletins digitais são metas do Contrato de Gestão nº 083/2017/ANA a serem cumpridas pela Agência Peixe Vivo, no âmbito do Programa de Trabalho firmado com a ANA.

Nesse contexto, vale ressaltar que para apoiar a implementação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Verde Grande a ANA repassou, **adicionalmente**, à Agência Peixe Vivo o montante de R\$ 1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil reais), proveniente da Fonte 0183, condicionado à execução de um Programa de Trabalho Específico (PTE), que consiste na contratação de dois projetos: i) Elaboração do Manual Operativo do Plano de Bacia (MOP); e ii) Estudos para incremento da oferta hídrica. Os encaminhamentos para a viabilização de tais projetos já foram realizados pela Agência Peixe Vivo, como será apresentado no Apêndice II deste Relatório.

Após a consolidação de parcerias com órgãos, entidades e empresas que podem aportar recursos financeiros para a contratação de projetos que visem à minimização dos problemas ambientais da Bacia; ou considerando o aumento da previsão de arrecadação com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos (o que seria possível por meio da atualização dos mecanismos e valores de cobrança e/ou pela implantação da cobrança em nível estadual) a Agência Peixe Vivo poderá propor ao CBH Verde Grande a publicação periódica de editais de chamamento, para que possíveis interessados possam apresentar “manifestação de interesse” a fim de acessar rubricas de ações contidas no PAP. Tais editais de chamamento têm sido divulgados no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e também do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, sob a orientação técnica da Agência Peixe Vivo, e têm se mostrado como experiências exitosas para a seleção e posterior contratação de projetos que corroboram com os objetivos e metas do Plano de Recursos Hídricos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande**. Brasília: ANA, 2013. 124 p.

SALDANHA, Carlos José. **Recursos Hídricos e Cidadania no Brasil: Limites, Alternativas e Desafios**. Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

ANEXO I



CBH-VERDE GRANDE
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Instituído pelo Decreto Presidencial de 03.12. 2003
Unificado pela Resolução nº 58, de 26.11.2009, do Estado da Bahia
e Decreto nº 45261, de 23.12.2009, do Estado de Minas Gerais

DELIBERAÇÃO Nº 67/2018

Aprova o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, referente aos exercícios 2018 a 2020 e dá outras providências.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande – CBH Verde Grande, instituído pelo Decreto Presidencial de 03/12/2003, unificado pela resolução nº 58, de 26/11/2009, do Governo da Bahia e pelo Decreto nº 45.261, de 23/12/2009, do Estado de Minas Gerais, regido pelas normas da Lei Federal nº 9.433, de 08/01/1997, da Lei Estadual nº 11.612, de 12/10/2009, do Estado da Bahia e da Lei Estadual nº 13.199, de 29/01/1999, do Estado de Minas Gerais e sua regulamentação constante do Decreto nº 41.578, de 08/03/2001, e demais normas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH de dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados da Bahia – CONERH, e Minas Gerais – CERH;

Considerando o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande aprovado pela Deliberação CBH Verde Grande nº 37/2011 e as prioridades estabelecidas;

Considerando a Deliberação CBH Verde Grande nº 50/2015 que estabelece a cobrança pelo uso de recursos hídricos nos rios de domínio da União e nos rios de domínio dos Estados de Minas Gerais e Bahia na bacia hidrográfica do rio Verde Grande;

Considerando as metas definidas no Contrato de Gestão nº 083/2017/ANA firmado entre a Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica e a Agência Nacional de Águas (ANA);

Considerando a Lei Federal nº 9.433/1997 que prevê o limite de sete e meio por cento do total de recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, para a realização das despesas com a implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

DELIBERA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Aplicação Plurianual - PAP, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do Rio Verde Grande, no período de 2018 a 2020, apresentado no Anexo I desta Deliberação.

Art. 2º O Plano de Aplicação está organizado em 4 (quatro) Componentes, compatíveis com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande:

Componente I – Gestão de recursos hídricos e comunicação social;

Componente II – Racionalização dos usos e conservação de solo e água;

Componente III – Incremento da oferta hídrica e saneamento;

Componente IV – Gestão de águas subterrâneas.

Parágrafo único. Para cada Componente são identificados os programas e as ações a serem executados com as respectivas previsões orçamentárias para o seu desenvolvimento nos anos de 2018 a 2020.



CBH-VERDE GRANDE
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande
Instituído pelo Decreto Presidencial de 03.12. 2003
Unificado pela Resolução nº 58, de 26.11.2009, do Estado da Bahia
e Decreto nº 45261, de 23.12.2009, do Estado de Minas Gerais

Art. 3º Na vigência do PAP, com base em análise da Câmara Técnica Consultiva - CTC, especialmente no que se refere aos dados relativos a resultados esperados e cronograma físico-financeiro de cada atividade, as atividades poderão ser revistas ou aglutinadas, bem como poderão ser remanejados os valores previstos para cada uma delas, desde que entre atividades de um mesmo Componente.

§1º A Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica poderá propor a qualquer tempo à Diretoria do CBH Verde Grande, para aprovação, o remanejamento de valores das rubricas dentro de um mesmo Componente, conforme previsto no caput, desde que devidamente justificado.

§2º Apenas em caráter excepcional, aprovado pela Diretoria do CBH Verde Grande, poderão ser remanejados valores entre os Componentes para o atendimento de ações emergenciais, desde que devidamente justificado.

Art. 4º A execução do PAP está baseada nas seguintes premissas:

I – O repasse integral dos recursos arrecadados anualmente pela cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande pelo Poder Público Federal;

II – O cumprimento da previsão de arrecadação da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande.

Art. 5º No último ano de vigência do PAP, em período não inferior a 90 (noventa) dias para o seu término, a Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica apresentará uma proposta para o novo PAP no período subsequente.

Parágrafo único. Após a aprovação do Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Verde Grande: MOP – PRH Verde Grande, o PAP poderá ser revisto, a fim de compatibilizar suas rubricas com as novas ações propostas para o PRH Verde Grande, podendo ocorrer em prazo inferior ao estipulado no CAPUT deste artigo.

Art. 6º Esta deliberação entra em vigor a partir da data de sua aprovação em Plenária.

Jaíba/MG, 06 de novembro de 2018.

Dirceu Colares de Araújo Moreira
Presidente do CBH Verde Grande

**Maria Socorro Mendes Almeida
Carvalho**
Secretária CBH Verde Grande

PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE 2018 - 2020

Descrição	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Saldo financeiro em Dezembro de 2017	R\$ 0,00				
Valor previsto para arrecadação com a cobrança pelo uso da água no ano (92,5%)*		R\$ 85.983,25	R\$ 85.983,25	R\$ 85.983,25	R\$ 257.949,75
Valor disponível para desembolso por ano (arrecadado no ano + saldo do ano anterior)		R\$ 85.983,25	R\$ 156.966,50	R\$ 116.949,75	
Valor previsto para execução/desembolso por ano		R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00
Saldo por ano		R\$ 70.983,25	R\$ 30.966,50	R\$ 1.949,75	R\$ 1.949,75

* Valor calculado com base na Nota Informativa ANA nº 1/2018/CSCOB/SAS de 28/03/2018 e informações atualizadas pela ANA e repassadas à Agência Peixe Vivo em 10/07/2018.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS COM A COBRANÇA (92,5%)

Componente I - Gestão de recursos hídricos e comunicação social					
	2018	2019	2020	Subtotal	% do total
I.1 Implementação dos instrumentos de gestão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.1 Outorga e fiscalização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.1.1 001 Estudos para subsidiar a revisão dos critérios de outorgas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.1.2 002 Estudos para avaliação da efetividade dos marcos regulatórios e alocações negociadas de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.1.3 003 Estudo de consistência de dados de cadastro e outorgas de direito de uso das águas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.2 Enquadramento dos corpos hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.2.1 004 Estudo sobre o enquadramento dos corpos de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.3 Cobrança pelo uso da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.3.1 005 Estudo de aprimoramento da metodologia de cobrança pelo uso da água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.4 Sistema de informações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.4.1 006 Implementação e gerenciamento do Sistema de Informações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.1.5 Revisão do Plano de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.1.5.1 007 Revisão do Plano de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2 Monitoramento Hidrológico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.1 Monitoramento pluviométrico e fluviométrico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.1.1 008 Ampliação da rede de dados pluviométricos e fluviométricos da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.1.2 009 Utilização dos dados fluviométricos para fiscalização	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.2 Monitoramento qualitativo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.2.1 010 Ampliação do monitoramento da qualidade das águas da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.3 Mudanças climáticas e sistemas de previsão e alerta contra eventos hidrológicos críticos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,0%
I.2.3.1 011 Estudos relacionados a eventos hidrológicos críticos (secas e enchentes)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.2.3.2 012 Estudos para avaliação dos impactos das mudanças climáticas sobre recursos hídricos da bacia	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.3 Comunicação social, educação e conscientização ambiental em recursos hídricos	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%
I.3.1 Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%
I.3.1.1 013 Apoio às atividades de mobilização para renovação dos membros do CBH Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
I.3.1.2 014 Apoio à participação e realização de reuniões plenárias, câmaras técnicas, oficinas, seminários e outros eventos	R\$ 15.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 46.000,00	
I.3.1.3 015 Plano continuado de educação, mobilização social e comunicação do CBH Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 110.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 210.000,00	
Subtotal Componente I	R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00	100,0%

Componente II - Racionalização dos usos e conservação de solo e água					
		2018	2019	2020	Subtotal
II.1	Racionalização dos usos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
II.1.1	Controle de perdas no abastecimento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
II.1.1.1	016 Elaboração de estudos para redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
II.1.2	Aumento da eficiência do uso da água na irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
II.1.2.1	017 Treinamento e capacitação de irrigantes sobre manejo adequado da água e técnicas de irrigação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
II.1.2.2	018 Estudos para modernização dos perímetros de irrigação do Gorutuba, Estreito e Cova da Mandioca	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
II.2	Conservação de solo e água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
II.2.1	Recuperação de áreas degradadas inclusive em Unidades de Conservação	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
II.2.1.1	019 Estudos para implantação de projetos de "produção de água"	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
II.2.1.2	020 Elaboração de diagnósticos, estudos e projetos visando a recuperação de áreas degradadas e a conservação e manejo adequado do solo em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Subtotal Componente II		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Componente III - Incremento da oferta hídrica e saneamento					
		2018	2019	2020	Subtotal
III.1	Saneamento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.1.1	Apoio aos Planos Municipais de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.1.1.1	021 Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.1.2	Ampliação do acesso aos serviços de saneamento básico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.1.2.1	022 Elaboração de estudos de concepção e projetos básicos de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.1.2.2	023 Implantação de cisternas para armazenamento da água da chuva em áreas rurais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.1.3	Controle de poluição industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.1.3.1	024 Estudos para avaliação da carga poluidora industrial na bacia com impacto nos recursos hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.2	Incremento da oferta de água	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.2.1	Regularização de vazões	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.2.1.1	025 Elaboração de estudo sobre barramentos e regularização de vazões na bacia hidrográfica do Verde Grande	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.2.2	Transposição de vazão entre bacias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.2.2.1	026 Implementação de ações para viabilização da transposição de vazões via sistema Congonhas-Juramento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.2.2.2	027 Elaboração de estudos para subsidiar a viabilidade da transposição de vazões via projeto Jaíba	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.2.3	Ampliação da segurança hídrica no meio rural	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
III.2.3.1	028 Implantação de projetos hidroambientais em áreas previamente selecionadas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Subtotal Componente III		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Componente IV - Gestão de águas subterrâneas					
IV.1	Comportamento dos aquíferos e monitoramento piezométrico	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IV.1.1	Aquíferos granulares fissurados e cástico-fissurados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IV.1.1.1	029 Elaboração de estudos para definição da rede de monitoramento de águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
IV.1.1.2	030 Fiscalização da rede de águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Subtotal Componente IV		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL (Componentes I, II, III e IV)		R\$ 15.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 115.000,00	R\$ 256.000,00